

---

**Acesso Externo ao Processo SEI 00734.000769/2025-18**

---

De MJ/Núcleo de Apoio Jurídico <cj.ccj@mj.gov.br>

Data Sex, 2025-02-21 17:37

Para CGMIG-DPF - Coordenação-Geral de Polícia de Migração <cgmig.dpa@pf.gov.br>

CUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Prezado(a) Sr(a). À Coordenação-Geral Da Polícia De Migração Da Polícia Federal,

Informamos que foi disponibilizado o acesso externo ao Processo Administrativo nº 00734.000769/2025-18, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MJSP, pela unidade NAJ-CCJ/MJ.

Para visualizá-lo, acesse o link:

[https://sei.mj.gov.br/sei/processo\\_acesso\\_externo\\_consulta.php?id\\_acesso\\_externo=2180019&infra\\_hash=79340f6dfef948779686475a128603ea](https://sei.mj.gov.br/sei/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=2180019&infra_hash=79340f6dfef948779686475a128603ea)

Acesso válido até 22/05/2025

Att.,

Ministério da Justiça e Segurança Pública  
NAJ-CCJ/MJ - Núcleo de Apoio Jurídico da CCJ

ATENÇÃO: O requerente é responsável pela adequada utilização das informações a que tiver acesso, podendo vir a ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente pelos danos morais ou materiais decorrentes da utilização, reprodução ou divulgação indevida dessas informações.

Se você não é o destinatário ou a pessoa responsável por encaminhar esta mensagem ao destinatário, está, por meio desta, notificado de que não deverá rever, retransmitir, imprimir, copiar, usar ou distribuir esta mensagem de e-mail ou quaisquer anexos. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, por favor, contate o remetente imediatamente e apague esta mensagem de seu computador ou de qualquer outro banco de dados.

---

Dear Mr.(s) À Coordenação-Geral Da Polícia De Migração Da Polícia Federal,

Your external access to Administrative Proceeding nº 00734.000769/2025-18 has been made available in the Electronic Information System - SEI-MJ, by the NAJ-CCJ/MJ unit.

To have access to the documents, please click the link below:

[https://sei.mj.gov.br/sei/processo\\_acesso\\_externo\\_consulta.php?id\\_acesso\\_externo=2180019&infra\\_hash=79340f6dfef948779686475a128603ea](https://sei.mj.gov.br/sei/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=2180019&infra_hash=79340f6dfef948779686475a128603ea)

Your permission to access the documents will be available until 22/05/2025

Att.,

Ministry of Justice and Public Security - Brazil  
NAJ-CCJ/MJ - Núcleo de Apoio Jurídico da CCJ

ATTENTION: The applicant is responsible for the appropriate use of the information to which he has access, and may be held civilly, criminally and administratively liable for moral or material damages resulting from the improper use, reproduction or disclosure of that information.

If you are not the recipient or the person responsible for forwarding this message to the recipient, you are hereby notified that you must not review, relay, print, copy, use or distribute this email message or any attachments. If you have received this message in error, please contact the sender immediately and delete this message from your computer or any other database.

—

Estimado Señor(a). À Coordenação-Geral Da Polícia De Migração Da Polícia Federal,

Le informamos que su acceso externo al Proceso Administrativo nº 00734.000769/2025-18, en el Sistema de Información Electrónica - SEI / MJ, fue puesto a disposición por la unidad NAJ-CCJ/MJ.

Para verlo, acceda al enlace:

[https://sei.mj.gov.br/sei/processo\\_acesso\\_externo\\_consulta.php?id\\_acesso\\_externo=2180019&infra\\_hash=79340f6dfef948779686475a128603ea](https://sei.mj.gov.br/sei/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=2180019&infra_hash=79340f6dfef948779686475a128603ea)

Acceso válido hasta el 22/05/2025

Att.,

Ministerio de Justicia y Seguridad Pública - Brasil  
NAJ-CCJ/MJ - Núcleo de Apoio Jurídico da CCJ

ATENCIÓN: El solicitante es responsable del uso apropiado de la información a la que tiene acceso, y puede ser considerado civil, penal y administrativamente responsable por daños morales o materiales resultantes del uso, reproducción o divulgación inadecuados de esa información.

Si no es el destinatario o la persona responsable de reenviar este mensaje al destinatario, se le notifica que no debe revisar, retransmitir, imprimir, copiar, usar o distribuir este mensaje de correo electrónico ni ningún archivo adjunto. Si recibió este mensaje por error, comuníquese con el remitente de inmediato y elimínelo de su computadora o de cualquier otra base de datos.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
NÚCLEO DE CONTROVÉRSIAS DE DIREITO INTERNACIONAL NO BRASIL (PNAI/NUINT)

**OFÍCIO n. 01028/2025/PGU/AGU**

Brasília, 21 de fevereiro de 2025.

A(o) Senhor (a)  
**Consultor Jurídico do Ministério da Justiça e Segurança Pública**  
**POLICIA FEDERAL DO BRASIL**

**NUP: 00410.161065/2024-84 (REF. 0000353-74.2012.4.01.4100)**  
**INTERESSADOS: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA RO E OUTROS**  
**ASSUNTOS: AQUISIÇÃO**

De ordem da COORDENAÇÃO NACIONAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS (PNAI/CONAI), fazemos referência ao processo n.º **00410.161065/2024-84 (REF. 0000353-74.2012.4.01.4100)**, em trâmite perante o GAB. 33 - DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO.

Solicitamos que sejam fornecidas, **no prazo de 10 dias corridos**, informações sobre a situação da autora, se expedido o pagamento do documento solicitado sem o pagamento da taxa, dado o longo período da determinação na Sentença.

O presente expediente foi instruído com cópias de documentos do Processo Judicial.

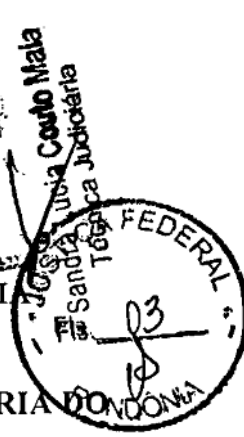
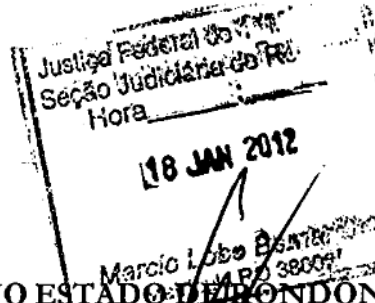
Em caso de dúvidas ou de necessidade de trâmite urgente, solicitamos contatar esta Procuradoria por meio do e-mail [internacional@agu.gov.br](mailto:internacional@agu.gov.br), fazendo referência aos números do Ofício originário e do processo judicial.

Atenciosamente,

CLAUDIA ROSEANE DA SILVA FERREIRA  
SERVIDOR



Documento assinado eletronicamente por CLAUDIA ROSEANE DA SILVA FERREIRA, com certificado A3 de Pessoa Física, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1865883858 e chave de acesso 16db3d19 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CLAUDIA ROSEANE DA SILVA FERREIRA, com certificado A3 de Pessoa Física. Data e Hora: 21-02-2025 16:09. Número de Série: 17451474. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



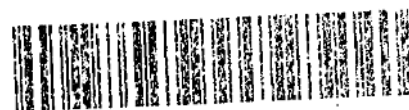
**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1º OFÍCIO CÍVEL E PREVIDENCIÁRIO**

**EXCELENTÍSSIMO SR JUIZ DA VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**

*(ATENÇÃO: ANULAÇÃO DE ATO DE ADMINISTRATIVO NÃO TIPIFICADO COMO PREVIDENCIÁRIO/ LANÇAMENTO FISCAL - HIPÓTESE EXCEPTIVA DO JEF)*

**DISTRIBUIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA – PERIGO IMINENTE DE DEPORTAÇÃO – UNIDADE FAMILIAR**

PAJ 2010/008-02339



Vara 353-74.2012.4.01.4100

**LIZ VANESA AGUILAR CANIDO**, boliviana, convivente em união estável, Do lar, nascida em 25/09/1978, natural de Santa Cruz, portadora da Cédula de identidade nº 5394088, expedida pela República da Bolívia, residente e domiciliada à Rua 7 de setembro, 513, C 001, Centro, em Triunfo, Distrito de Candeias do Jamary/RO, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**, impetrar

**AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO DENEGATÓRIO DE VISTO PERMANENTE CUMULADO COM PEDIDO CONDENATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO LIMINAR DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA**

, sob o rito ordinário, em face da **UNIÃO FEDERAL (Polícia Federal/Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG)**, cujo representante legal poderá ser citado na Av. Lauro Sodré nº 1983, Olaria, CEP: 78.904-300, Porto Velho/RO, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.





## 1. DOS FATOS

A autora reside em Triunfo, pequeno distrito administrativo pertencente ao município de Candeias do Jamary, em Rondônia, **há mais de treze anos**, juntamente com seu companheiro e suas duas filhas menores de nacionalidade brasileira, **LAUANE CANIDO SCHIAVE**, nascida em 20/09/2003, na cidade de nova Mamoré/RO, **CAROLINE CANIDO SHIAVE**, nascida em 23/09/2000, na cidade de Ariquemes/RO.

Em 2010, formulou requerimento administrativo perante o Departamento da Polícia Federal no Estado de Rondônia/Delegacia de Imigração – DELEMIG, com o fito de obter Registro Nacional de Estrangeiro - RNE, ante a necessidade de regularizar sua estada no território nacional, para fins de desfrutar dos direitos civis, notadamente, desenvolver atividade laboral em emprego formal, bem como de cursar universidade.

Instada a se manifestar através do **Ofício nº 348/2011/DPU/RO** acerca da viabilidade de conceder, administrativamente, referido documento, a superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia, através do Ofício nº 3395/2011-SR/DPF/RO, datado de 08 de agosto de 2011 (documento anexo), informou existir duas possibilidades para regularização da situação da autora no país, quais sejam:

*“1 - Requerer residência temporária, nos termos do Acordo de Residência Mercosul, por um período de 02 (dois) anos, para posterior transformação de temporária para permanente, para isso, basta, apenas, apresentar um Passaporte ou Documento de Identidade válido (original ou cópia), Certidão de Nascimento do País de origem (original ou cópia), Certidão de Antecedentes Criminais expedida pelo País de origem, na Representação Consular do Brasil do País de origem, Declaração sob as penas da Lei, de ausências de antecedentes internacionais penais e policiais, Certificado de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais do solicitante expedido pelo país de recepção, pagamento da GRU, 02 (duas) fotos 3x4 colorida, fundo branco e recente”;*



*“2 - requerer a permanência definitiva com base no Art. 75, Item II, da Lei 6.815/80, por prole brasileira, bastando para isto apresentar Passaporte ou Carteira de Identidade válidos, cópia e original, Cartão de Entrada e Saída, obtido junto à Polícia Federal na fronteira, Certidão de Nascimento do(s) filho(s), brasileiro(s), Certidão de Nascimento ou Inscrição Consular do requerente, 02 fotos 3x4 colorida, fundo branco e recente, comprovante de residência, pagamento da GRU”.*

Diante disso, de posse da documentação descrita pela Polícia Federal (item 2), apresentou requerimento administrativo de permanência definitiva no território nacional, indeferido na via administrativa, de forma verbal, em virtude da *ausência de registro dos nomes dos avós maternos nas Certidões de nascimento das filhas*, e ainda, pela *ausência de registro recente de entrada no Brasil*.

Importante consignar que o Setor competente da Polícia Federal orientou a demandante a ingressar com demanda judicial para retificar os assentamentos civis na Certidão de Nascimento das filhas para, somente após, obter o RNE.

É o breve síntese.

## **2. DA JUSTIÇA GRATUITA**

Preliminarmente, a Autora requer que seja concedido o benefício da Gratuidade de Justiça, declarando-se, para tanto, impossibilitada de prover as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, o que atrai a incidência das normas insertas nos art. 4º c/c art.3º da Lei 1.060/50<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986)

Art. 3º. A assistência judiciária compreende as seguintes isenções: [...]

VII – dos depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório. (Incluído pela Lei Complementar nº 132, de 2009).



### 3. DO DIREITO

#### DA CONCESSÃO DE VISTO PERMANENTE – INTENÇÃO DE PERMANÊNCIA DEFINITIVA NO TERRITÓRIO NACIONAL - TUTELA DA UNIDADE FAMILIAR E DO DIREITO À EDUCAÇÃO – EXIGÊNCIA INDEVIDA DE TAXAS

Nos termos da Resolução Normativa nº 36, de 28 de setembro de 1999:

*“Art. 1º - O Ministério das Relações Exteriores poderá conceder visto temporário ou permanente, a título de reunião familiar, aos dependentes legais de cidadão brasileiro ou de estrangeiro residente temporário ou permanente no País, maior de 21 anos.”*

Cumpra assinalar, ainda, o teor da regra inserta no art. 7º do mesmo diploma normativo, *in verbis*:

*“Art. 7º Poderá ser concedido visto permanente ou permanência definitiva ao estrangeiro que possua filho brasileiro que comprovadamente esteja sob sua guarda e dele depende economicamente”.*

A norma regulamentar acima vem ao albergue da proteção da família, instituição que é base da sociedade e tem especial proteção do Estado (CF, art. 226, caput).

*In casu*, a demandante, acompanhada das filhas menores, fixou residência e domicílio definitivos no território nacional, mais precisamente no Estado de Rondônia, **há mais de treze anos**, em razão dos laços familiares e de amizade constituídos durante esse tempo.

Nesse passo, indeferimento administrativo da concessão do visto permanente, ante a exigência de condicionantes desarrazoadas, obstat a regularização da estada da demandante no território nacional, bem como a expedição dos documentos pertinentes, tal como Visto de Permanente e Cédula de Identidade de Estrangeiro – RNE, configurando **séria e intolerável** afronta ao direito de preservação da unidade familiar.



Ademais, a situação irregular da estada da demandante no território nacional, que gera obstáculos insuperáveis ao exercício de atos da vida civil inerentes ao desenvolvimento do indivíduo humano, tal como **estudar e trabalhar**.

Referida negativa, indubitavelmente, revela nítida agressão ao postulado fundamental do direito social à educação e ao trabalho, que nos termos do **art. 6º c/c art. 205 da Constituição Federal**, é erigido a direito de estatura constitucional, sendo dever de toda sociedade e do Estado primar pela sua concretização:

**Art. 6º** São direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o **trabalho**, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Examinando a documentação acostada aos autos, verificou-se, ainda, que a autora preencheria os requisitos exigidos para a concessão do aludido documento regulamentar, uma vez que o impedimento apresentado se deu em razão da falta da constatação dos nomes dos avós maternos na certidão de nascimento das filhas da requerente, questão meramente burocrática, passível de ser retificada posteriormente, sem maiores implicações na vida pessoal, familiar e profissional da estrangeira ora demandante.

Assim sendo, diante da peculiaridade do caso concreto, a expedição do **visto permanente** é medida de rigor, para que possa exercer os atos da vida civil, tal como obter número de CPF e CTPS, com o respectivo cadastro no Registro Nacional de Estrangeiro – RNE, **independente do pagamento de taxas**.



Portanto, evidenciada a ilegalidade ora noticiada, o ato administrativo ora censurado é merecedor de reparos.

#### **4. DA PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS AO DEFERIMENTO LIMINAR**

Pretende-se, liminarmente, que se determine a regularização da estada da impetrante no território nacional, concedendo a ela o visto de permanente, com o respectivo cadastro no Registro Nacional de Estrangeiro - RNE, **independentemente do pagamento de taxas**, para que possa exercer os atos da vida civil (CPF, CTPS etc).

O *fumus boni juris* tem suporte nas alegações acima declinadas.

O *periculum in mora* deflui-se do perigo iminente de deportação, ante a situação irregular da estrangeira, o que acarretará em sérios prejuízos à preservação da unidade familiar.

Diante do exposto, se faz premente a permanência da autora, ora impetrante, no território nacional, com a respectiva regularização de seu visto.

#### **5. DO PEDIDO**

Ante o exposto, **requer-se:**

##### **I - PRELIMINARMENTE,**

➤ a **concessão imediata de medida liminar**, *inaudita altera parte*, expedindo-se ordem para que a **UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Departamento competente da Polícia Federal**, promova a regularização da estada da



demandante no território nacional, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), expedindo-se o visto permanente, viabilizando o cadastro regular dela no Registro Nacional de Estrangeiros – RNE, com a respectiva expedição da Cédula de Identidade de Estrangeiro, bem como para que se **abstenha** da exigência de qualquer taxas para expedir a documentação ora apontada.

➤ seja concedido os benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50;

➤ a intimação pessoal da Defensoria Pública da União no endereço delineado no rodapé desta peça vestibular, na forma do artigo 44, I, da Lei Complementar nº 80/94, cumprindo-se, também, o requisito do art. 39, I, do CPC;

➤ citação da **UNIÃO (DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL)**, para responder à presente ação;

➤ intimação da **UNIÃO (DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL)** para que apresente os registros e a cópia integral do processo administrativo relativo ao **AUTOR**, a teor dos artigos 355 do Código de Processo Civil;

## II – NO MÉRITO,

➤ seja o pedido julgado procedente, confirmando-se a medida liminar, para **ANULAR** o ato administrativo que indeferiu o visto permanente da demandante, expedindo-se ordem para que a **UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Departamento competente da Polícia Federal**, promova, em definitivo, a regularização da estada da demandante no território nacional, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), expedindo-se o visto



permanente, viabilizando o cadastro regular dela no Registro Nacional de Estrangeiros – RNE, com a respectiva expedição da Cédula de Identidade de Estrangeiro, bem como para que se **abstenha** da exigência de quaisquer taxas para expedir a documentação ora apontada.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Velho, 18 de janeiro de 2011.

  
**RAFAEL LESSA COSTA BARBOZA**  
Defensor Público Federal DPU/RO



**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

**FICA VEDADO O  
PETICIONAMENTO  
NESTE PROCESSO  
POR MEIO DO PJE  
DURANTE O  
PROCEDIMENTO DE  
MIGRAÇÃO**

**CERTIDÃO DE PROCESSO EM MIGRAÇÃO PARA O PJe**

Certifico que os autos físicos deste processo estão em procedimento de digitalização, nos termos da Lei n. 11.419/2006, da Resolução TRF1/Presi n. 22/2014 e da Portaria Presi 8052566/2019, com vistas à migração dos autos digitais para o sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

Advogados e procuradores ficam, desde já, cientes da vedação ao peticionamento neste processo por meio do PJe durante o procedimento de migração.

Demandas urgentes formuladas nesse período deverão ser entregues em meio físico diretamente ao órgão processante/gabinete. Oportunamente, quando da finalização da migração, as petições e atos decisórios serão digitalizados e incluídos no PJe.

Brasília-DF.

**(assinado eletronicamente)**





JUSTIÇA

ÃO

• Nacionalidade

• Objetiva a regularização de sua permanência definitiva no Brasil, mediante a expedição de Registro, independente do pagamento de taxas e multas; bem como se abstenha de deportá-la por esta matéria.

• Julgado precedente.

## AUTUAÇÃO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA

Processo: 353-74.2012.4.01.4100 Protocolado em 19/01/2012  
 Classe : 1900 - AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS  
 Objeto : 01.04.01.02 - REGISTRO CIVIL - REGISTROS PÚBLICOS -  
 SERVIÇOS - ADMINISTRATIVO  
 Autor : LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO  
 Reu : UNIAO FEDERAL E OUTRO  
 Vara : 2ª VARA FEDERAL DISTRIBUICAO AUTOMATICA em 19/01/2012



0255680-43



Gab 10-2019-10-28  
 0167-20191010-111700

DA PRIMEIRA REGIÃO

AUT

ApReeNec Nº 0000353-74.2012.4.01.4100/RO  
 Vol. 1 Proc. Orig: 3537420124014100 Vara. 2  
 Distribuição automática em 10/12/2013



Distribuído no TRF em 10/12/2013 L14 06

Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE - QUINTA TURMA  
 APELANTE: UNIAO FEDERAL  
 PROCURADOR: ANA LUISA FIGUEIREDO DE CARVALHO  
 APELADO: LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO  
 DEFENSOR: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - DPU  
 REMETENTE: JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA - RO  
 Ass: 11060100 - Aquisição - Nacionalidade - Direito Internacional - Direito Marítimo - Recurso - Direito Processual



## TERMO DE AUTUAÇÃO

Em Porto Velho, 19 de Janeiro de 2012 a seção de Classificação e Distribuição autua os documentos adiante, em folhas com apensos na seguinte conformidade:

Processo: 353-74.2012.4.01.4100

Classe: 1900 - AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

Objeto: REGISTRO CIVIL - REGISTROS PÚBLICOS - SERVIÇOS - ADMINISTRATIVO

Vara: 2ª VARA FEDERAL

DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 19/01/2012

Processo não encontrou prevenção.

## PARTES:

---

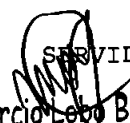
AUTOR LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO

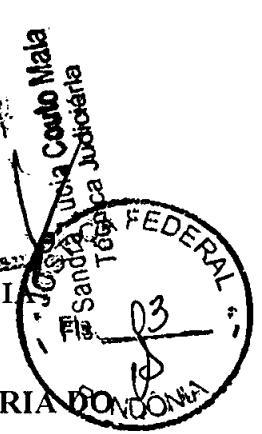
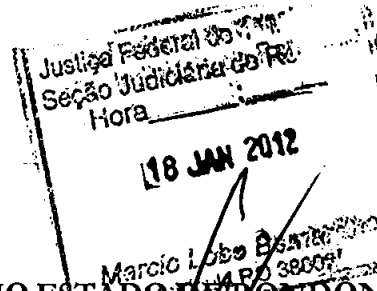
REU UNIAO FEDERAL

REU POLICIA FEDERAL/DELEGACIA DE POLICIA DE IMIGRACAO - DELEMIG

---

Para constar, lavro e assino o  
presente

SERVIDOR  
  
Márcio Leão Bernardino  
RO 380.027

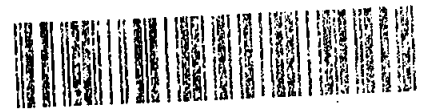


**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1º OFÍCIO CÍVEL E PREVIDENCIÁRIO**

**EXCELENTÍSSIMO SR JUIZ DA VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA RONDÔNIA**  
**ESTADO DE RONDÔNIA**

*(ATENÇÃO: ANULAÇÃO DE ATO DE ADMINISTRATIVO NÃO TIPIFICADO COMO PREVIDENCIÁRIO/ LANÇAMENTO FISCAL - HIPÓTESE EXCEPTIVA DO JEF)*

**DISTRIBUIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA – PERIGO IMINENTE DE DEPORTAÇÃO – UNIDADE FAMILIAR**



Vara 353-74.2012.4.01.4100

PAJ 2010/008-02339

**LIZ VANESA AGUILAR CANIDO**, boliviana, convivente em união estável, Do lar, nascida em 25/09/1978, natural de Santa Cruz, portadora da Cédula de identidade nº 5394088, expedida pela República da Bolívia, residente e domiciliada à Rua 7 de setembro, 513, C 001, Centro, em Triunfo, Distrito de Candeias do Juary/RO, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**, impetrar

**ACÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO DENEGATÓRIO DE VISTO PERMANENTE CUMULADO COM PEDIDO CONDENATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO LIMINAR DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA**

, sob o rito ordinário, em face da **UNIÃO FEDERAL (Polícia Federal/Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG)**, cujo representante legal poderá ser citado na Av. Lauro Sodré nº 1983, Olaria, CEP: 78.904-300, Porto Velho/RO, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.



## 1. DOS FATOS

A autora reside em Triunfo, pequeno distrito administrativo pertencente ao município de Candeias do Jamary, em Rondônia, **há mais de treze anos**, juntamente com seu companheiro e suas duas filhas menores de nacionalidade brasileira, **LAUANE CANIDO SCHIAVE**, nascida em 20/09/2003, na cidade de nova Mamoré/RO, **CAROLINE CANIDO SHIAVE**, nascida em 23/09/2000, na cidade de Ariquemes/RO.

Em 2010, formulou requerimento administrativo perante o Departamento da Polícia Federal no Estado de Rondônia/Delegacia de Imigração – DELEMIG, com o fito de obter Registro Nacional de Estrangeiro - RNE, ante a necessidade de regularizar sua estada no território nacional, para fins de desfrutar dos direitos civis, notadamente, desenvolver atividade laboral em emprego formal, bem como de cursar universidade.

Instada a se manifestar através do **Ofício nº 348/2011/DPU/RO** acerca da viabilidade de conceder, administrativamente, referido documento, a superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia, através do Ofício nº 3395/2011-SR/DPF/RO, datado de 08 de agosto de 2011 (documento anexo), informou existir duas possibilidades para regularização da situação da autora no país, quais sejam:

*“1 - Requerer residência temporária, nos termos do Acordo de Residência Mercosul, por um período de 02 (dois) anos, para posterior transformação de temporária para permanente, para isso, basta, apenas, apresentar um Passaporte ou Documento de Identidade válido (original ou cópia), Certidão de Nascimento do País de origem (original ou cópia), Certidão de Antecedentes Criminais expedida pelo País de origem, na Representação Consular do Brasil do País de origem, Declaração sob as penas da Lei, de ausências de antecedentes internacionais penais e policiais, Certificado de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais do solicitante expedido pelo país de recepção, pagamento da GRU, 02 (duas) fotos 3x4 colorida, fundo branco e recente”;*



***“2 - requerer a permanência definitiva com base no Art. 75, Item II, da Lei 6.815/80, por prole brasileira, bastando para isto apresentar Passaporte ou Carteira de Identidade válidos, cópia e original, Cartão de Entrada e Saída, obtido junto à Polícia Federal na fronteira, Certidão de Nascimento do(s) filho(s), brasileiro(s), Certidão de Nascimento ou Inscrição Consular do requerente, 02 fotos 3x4 colorida, fundo branco e recente, comprovante de residência, pagamento da GRU”.***

Diante disso, de posse da documentação descrita pela Polícia Federal (item 2), apresentou requerimento administrativo de permanência definitiva no território nacional, indeferido na via administrativa, de forma verbal, em virtude da *ausência de registro dos nomes dos avós maternos nas Certidões de nascimento das filhas*, e ainda, pela *ausência de registro recente de entrada no Brasil*.

Importante consignar que o Setor competente da Polícia Federal orientou a demandante a ingressar com demanda judicial para retificar os assentamentos civis na Certidão de Nascimento das filhas para, somente após, obter o RNE.

É o breve síntese.

## **2. DA JUSTIÇA GRATUITA**

Preliminarmente, a Autora requer que seja concedido o benefício da Gratuidade de Justiça, declarando-se, para tanto, impossibilitada de prover as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, o que atrai a incidência das normas insertas nos **art. 4º c/c art.3º da Lei 1.060/50<sup>1</sup>**.

<sup>1</sup> **Art. 4º.** A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986)

**Art. 3º.** A assistência judiciária compreende as seguintes isenções: [...]

**VII** – dos depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório. (Incluído pela Lei Complementar nº 132, de 2009).



### 3. DO DIREITO

#### DA CONCESSÃO DE VISTO PERMANENTE – INTENÇÃO DE PERMANÊNCIA DEFINITIVA NO TERRITÓRIO NACIONAL - TUTELA DA UNIDADE FAMILIAR E DO DIREITO À EDUCAÇÃO – EXIGÊNCIA INDEVIDA DE TAXAS

Nos termos da Resolução Normativa nº 36, de 28 de setembro de 1999:

*“Art. 1º - O Ministério das Relações Exteriores poderá conceder visto temporário ou permanente, a título de reunião familiar, aos dependentes legais de cidadão brasileiro ou de estrangeiro residente temporário ou permanente no País, maior de 21 anos.”*

Cumpre assinalar, ainda, o teor da regra inserta no art. 7º do mesmo diploma normativo, *in verbis*:

*“Art. 7º Poderá ser concedido visto permanente ou permanência definitiva ao estrangeiro que possua filho brasileiro que comprovadamente esteja sob sua guarda e dele depende economicamente”.*

A norma regulamentar acima vem ao albergue da proteção da família, instituição que é base da sociedade e tem especial proteção do Estado (CF, art. 226, caput).

*In casu*, a demandante, acompanhada das filhas menores, fixou residência e domicílio definitivos no território nacional, mais precisamente no Estado de Rondônia, **há mais de treze anos**, em razão dos laços familiares e de amizade constituídos durante esse tempo.

Nesse passo, indeferimento administrativo da concessão do visto permanente, ante a exigência de condicionantes desarrazoadas, obstam a regularização da estada da demandante no território nacional, bem como a expedição dos documentos pertinentes, tal como Visto de Permanente e Cédula de Identidade de Estrangeiro – RNE, configurando **séria e intolerável** afronta ao direito de preservação da unidade familiar.



Ademais, a situação irregular da estada da demandante no território nacional que diques insuperáveis ao exercício de atos da vida civil inerentes ao desenvolvimento do indivíduo humano, tal como **estudar e trabalhar**.

Referida negativa, indubitavelmente, revela nítida agressão ao postulado fundamental do direito social à educação e ao trabalho, que nos termos do **art. 6º c/c art. 205 da Constituição Federal**, é erigido a direito de estatura constitucional, sendo dever de toda sociedade e do Estado primar pela sua concretização:

**Art. 6º** São direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o **trabalho**, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Examinando a documentação acostada aos autos, verificou-se, ainda, que a autora preencheria os requisitos exigidos para a concessão do aludido documento regulamentar, uma vez que o impedimento apresentado se deu em razão da falta da constatação dos nomes dos avós maternos na certidão de nascimento das filhas da requerente, questão meramente burocrática, passível de ser retificada posteriormente, sem maiores implicações na vida pessoal, familiar e profissional da estrangeira ora demandante.

Assim sendo, diante da peculiaridade do caso concreto, a expedição do **visto permanente** é medida de rigor, para que possa exercer os atos da vida civil, tal como obter número de CPF e CTPS, com o respectivo cadastro no Registro Nacional de Estrangeiro – RNE, **independente do pagamento de taxas**.



Portanto, evidenciada a ilegalidade ora noticiada, o ato administrativo ora censurado é merecedor de reparos.

#### **4. DA PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS AO DEFERIMENTO LIMINAR**

Pretende-se, liminarmente, que se determine a regularização da estada da impetrante no território nacional, concedendo a ela o visto de permanente, com o respectivo cadastro no Registro Nacional de Estrangeiro - RNE, **independentemente do pagamento de taxas**, para que possa exercer os atos da vida civil (CPF, CTPS etc).

O *fumus boni juris* tem suporte nas alegações acima declinadas.

O *periculum in mora* deflui-se do perigo iminente de deportação, ante a situação irregular da estrangeira, o que acarretará em sérios prejuízos à preservação da unidade familiar.

Diante do exposto, se faz premente a permanência da autora, ora impetrante, no território nacional, com a respectiva regularização de seu visto.

#### **5. DO PEDIDO**

Ante o exposto, **requer-se:**

##### **I - PRELIMINARMENTE,**

➤ a **concessão imediata de medida liminar**, *inaudita altera parte*, expedindo-se ordem para que a **UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Departamento competente da Polícia Federal**, promova a regularização da estada da





demandante no território nacional, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), expedindo-se o visto permanente, viabilizando o cadastro regular dela no Registro Nacional de Estrangeiros – RNE, com a respectiva expedição da Cédula de Identidade de Estrangeiro, bem como para que se **abstenha** da exigência de qualquer taxas para expedir a documentação ora apontada.

- seja concedido os benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50;
- a intimação pessoal da Defensoria Pública da União no endereço delineado no rodapé desta peça vestibular, na forma do artigo 44, I, da Lei Complementar nº 80/94, cumprindo-se, também, o requisito do art. 39, I, do CPC;
- citação da **UNIÃO (DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL)**, para responder à presente ação;
- intimação da **UNIÃO (DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL)** para que apresente os registros e a cópia integral do processo administrativo relativo ao AUTOR, a teor dos artigos 355 do Código de Processo Civil;

## II – NO MÉRITO,

- seja o pedido julgado procedente, confirmando-se a medida liminar, para **ANULAR** o ato administrativo que indeferiu o visto permanente da demandante, expedindo-se ordem para que a **UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Departamento competente da Polícia Federal**, promova, em definitivo, a regularização da estada da demandante no território nacional, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), expedindo-se o visto




permanente, viabilizando o cadastro regular dela no Registro Nacional de Estrangeiros – RNE, com a respectiva expedição da Cédula de Identidade de Estrangeiro, bem como para que se **abstenha** da exigência de quaisquer taxas para expedir a documentação ora apontada.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Velho, 18 de janeiro de 2011.

  
RAFAEL LESSA COSTA BARBOZA  
Defensor Público Federal DPU/RO

SERVICIO	NACIONAL
FILIACION	DEPARTAMENTO
STA. CRUZ	BOLIVIA



DEPARTAMENTO DE MIGRACION  
BOL. 6RC. 221898-5394088-07-05032015//mha

05-03-2015

05-03-2009

Santa Cruz

Boliviana

Liz Vanesa

Aguilar Canido

P. Bol.

5394088

25-09-78

Santa Cruz

F.



Abog. Dionisio Rivas Brito  
DIRECTOR DEPARTAMENTO DE MIGRACION  
MINISTERIO DEL GOBIERNO  
Santa Cruz - Bolivia

SECRETARIA DE ASUNTOS EXTERIORES  
FE DE FILIACION Y PASAPORTES  
MINISTERIO DEL GOBIERNO  
Santa Cruz - Bolivia

LEGALIZADO EL PASAPORTE

05 MAR 2009

# TELEFONE FIXO

BRASIL TELECOM S.A.  
Av. Lauro Sodré nº 3207 Bairro dos Tanques  
CEP 78904-300 P. J. S. - RO  
CNPJ Matriz 76.535.764/0001-43  
CNPJ 76.535.764/0323-47 I.E. 0000096.301-1

\*0003823\*



CTCE PORTO VELHO  
ARTHUR BAGDER DA SILVA SCHIAVE  
R. 7 DE SETEMBRO 00513 C. 001  
CENTRO  
76860-000 TRIUNFO - RO



7200039896053420000000832830170610

## Fatura de Serviços de Telecomunicações

Período de: 11/05/2010 a 10/06/2010

Fatura: 1006.000078009 - Contrato Agrupador: 211.614.796-9 - 1ª Via

Página  
000001 de  
000006

Oi, ARTHUR.

A Brasil Telecom agora é Oi. E você, que já era cliente, só tem a ganhar: seus benefícios continuam os mesmos e muitas novidades ainda vêm por aí.

Mais informações? Acesse [www.oi.com.br/brasil](http://www.oi.com.br/brasil) ou ligue 103 14

Número de seu telefone

69 3233 1482

Mês de referência

Junho 2010

Data de vencimento

27/06/2010

Valor de sua conta

R\$ 540,19

### Veja o que está sendo cobrado

▶ SERVIÇOS Oi	519,34
SERVIÇOS MENSÁIS	101,10
SERVIÇOS LOCAIS HORARIO NORMAL	0,00
SERVIÇOS LOCAIS HORARIO REDUZIDO	0,00
CHAMADAS LOCAIS PARA FIXO	0,00
INTERURBANOS	45,16
INTERURBANOS RECEBIDOS A COBRAR	1,56
CHAMADAS LOCAIS PARA MOVEL	152,15
CHAMADAS PARA MOVEL	144,81
CHAMADAS RECEBIDAS DE MOVEL A COBRAR	74,56
▶ DOCUMENTO FINANCEIRO	7,46
ITENS FINANCEIROS	7,46
▶ SERV TELEFONICA (DUVIDAS 103 14)	13,39
<b>Total a pagar</b>	<b>540,19</b>



TELEFONE FIXO

Código de Barras

84610000005 4 40190026211 4 61479620100 0 60119700000 8

Caso o pagamento seja efetuado com cheque, essa conta será quitada após a compensação do mesmo.

Sequencial

211614796 201006 01197

Telefone

69 3233 1482

Vencimento

27/06/2010

Valor de sua conta

R\$ 540,19

Autenticação Mecânica





DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO Rondônia

Redução a termo de atendimento inicial  
Brasília: 27/09/2010

## Qualificação do Assistido

Nome: LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO

CPF:

Registro Geral:

## Declaração

Declaro, sob as penas da lei, que não tenho condição econômica de arcar com os ônus do pagamento de custas e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio e de minha família.

## Autorização de quebra de sigilo

Autorizo a Defensoria Pública da União a requisitar minhas informações de quem quer que as tenham, ainda que isso implique quebra de sigilo profissional, médico, fiscal, bancário e financeiro.

## Outorga

Outorgo à Defensoria Pública da União poderes para transacionar, reconhecer a procedência de pedidos e desistir de demandas.

Declarante: x



JUSTIÇA FEDERAL  
Fis. 10  
FONDO

FOLHA 2340

LIVRO A-020 *A* TERMO 006496 *7* FOLHA 226 *7*

**CERTIDÃO DE NASCIMENTO**

CERTIFICO que, do Livro, folha e termo citados de ASSENTO DE NASCIMENTOS, deste Ofício, consta que foi lavrado no dia 31 de outubro de 2011, o assento de nascimento de:

**\*\* LAUANE DANIDO SCHIAVE \*\***

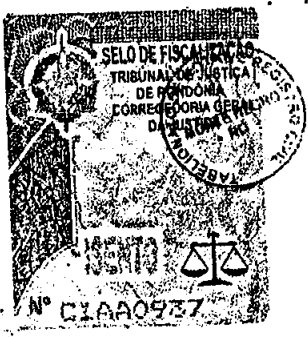
do sexo feminino, nascida aos vinte dias do mês de setembro de ano de dois mil e três (20/09/2003), às quinze horas e trinta minutos (15:30h), em Hosp. Gl. Im. Dulce, em Monte Negro-RO.  
 Filha de HEITOR MARCIO SCHIAVE, *.....*  
 e de LIZ VANESA AGUIAR DANIDO

com a seguinte declaração: ELISA SCHIAVE, *.....*  
 e MARIO DE LUIZES DA SILVA SCHIAVE, *.....*  
 pais e mãe, maiores e não impedidos do documento apresentado, *.....*

Foram declarantes o próprio pai.  
 Dispensados as testemunhas conforme declaração constante no termo.

Observação:

O referido é verdade e assim se faz.  
 Monte Negro, 31 de outubro de 2011.  
*Miralvo Gonçalves de Goes*  
 Oficial Substituto





2010/2339



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RONDÔNIA



INTERESSADO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Ilmo Senhor  
DEFENSOR PÚBLICO  
FEDERAL

Encaminho a vossa senhoria envelope oriundo da DPF-RO  
constando resposta ao ofício nº 0348/2011 - PA 2010/008-02339 entregue por  
engano nesta Procuradoria sito Av. sete de Setembro nº 1355 esquina com  
Joaquim Nabuco.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente

  
Pedro Lopes de Souza  
Resp. pelo Recebimento

RECEBIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - RONDÔNIA  
11/09/2011 11:29 0000144



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

Av. Lauro Sodré, 2905, Costa e Silva, Porto Velho/RO - 76.802-449 - Fone: 69 3216-6200

Ofício nº 3395/2011 - SR/DPF/RO

Porto Velho/RO, 08 de agosto de 2011.

Ilmo. Senhor  
DEFENSOR PÚBLICA FEDERAL  
Defensoria Pública da União  
Av. Sete de Setembro, nº 1342, 3º andar - Centro - Porto Velho - RO  
Fone: (069) 3216-5057 ou 8122-0772

**Assunto: resposta ao ofício n.º 0348/2011 - PA 2010/008-02339**

Senhor Defensor,

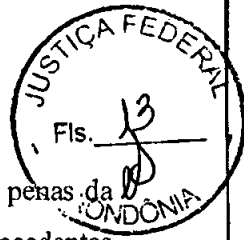
Em resposta ao ofício de n.º n.º 0348/2011 - PA 2010/008-02339, informo que a estrangeira LIZ VANESA AGUILAR CANIDO, nacional da Bolívia, natural de San Ignacio ou Santa Cruz, ingressou no território brasileiro pela fronteira de Guajará-Mirim/RO, no dia 04/06/2006, tendo sido classificada como turista, assim a sua a sua estada no Brasil é considerada irregular.

Dessa forma, informo que existem 02 (duas) opções para que a mesma regularize sua situação no país:

A primeira possibilidade consiste em requerer sua residência temporária, nos termos do Acordo de Residência Mercosul, por um período de 02 anos, para posterior transformação de temporária para permanente, para isso, basta apenas apresentar um Passaporte ou Documento de Identidade válido (original e cópia), Certidão de Nascimento do país de origem (original e cópia), Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedida pelo País de

RECEBIDA POLÍCIA DE LINDA DE RONDÔNIA 10/08/2011 11:20 0000154

fls. 1 / 2



origem, na Representação Consular do Brasil do País de origem, Declaração, sob as penas da Lei, de ausências de antecedentes internacionais penais ou policiais, Certificado de antecedentes judiciais e/ ou penais e/ ou policiais do solicitante expedido pelo país de recepção, pagamento da GRU, 02 fotos 3x4 colorida, fundo branco e recente.

A segunda possibilidade consiste em requerer a permanência definitiva com base no Art. 75 Item II da Lei 6815/80, por prole brasileira, bastando para isto apresentar Passaporte ou Carteira de Identidade válidos, cópia e original, Cartão de Entrada e Saída obtido junto a Polícia Federal na fronteira, Certidão de Nascimento do(s) filho(s) brasileiros, Certidão de Nascimento ou Inscrição Consular do requerente, 02 fotos 3x4 colorida, fundo branco e recente, comprovante de residência, pagamento da GRU.

Cordialmente,

**FABRICIO FERNANDO DIAGO BRAGA**  
Delegado de Polícia Federal

fls. 2 / 2




**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA**  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**



**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que nesta data o presente feito foi registrado,  
distribuído, autuado e remetido à Vara Federal.

Porto Velho 19.01.2012

  
**Marcio Lobo Bernardino**  
Seção de Classificação e Distribuição

**RECEBIMENTO**

Aos 20 de 01 de 2012, foram-me entregues estes autos por  
parte da Seção de Classificação e distribuição – SECLA.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
2ª VARA FEDERAL**



**Autos nº 353-74.2012.4.01.4100**

**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço os presentes autos conclusos. Pelo que, para constar, lavro o presente termo.

Porto Velho, 20 de janeiro de 2012.

  
**Alessandro Azevedo Silva**  
Técnico Judiciário



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
EM RONDÔNIA**



---

Processo nº 353-74.2012.4.01.4100 – CLASSE: 1900 – Ação Ord/Outras  
Autor: LIZ VANESA AGUILAR CANIDO  
Réu: UNIÃO FEDERAL E DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL -  
DELEMIG

---

**DESPACHO**

**INTIME-SE** a autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a petição inicial, juntando aos autos os documentos descritos no item 2 do Ofício nº 3395/2011 – SR/DPF/RO (fl. 13), sob pena de indeferimento da inicial.

Publique-se. Intime-se.

Porto Velho, 23 de janeiro de 2012.

**WAGMAR ROBERTO SILVA**  
Juiz da 2ª Vara



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA  
2ª VARA FEDERAL**

FL. 17

Autos nº 353-74.2012.4.01.4100

**RECEBIMENTO**

Aos 25 / 01 / 2012, nesta cidade de Porto Velho/RO, recebi estes autos.

  
**Alessandro Azevedo Silva**  
Técnico Judiciário

## REMESSA

Nesta data, faço remessa dos presentes autos à  
~~DEFENSORIA PÚBLICA~~<sup>DPV</sup> para CIÊNCIA DO DESPACHO  
DE FL. 16

Do que, para constar lavrei o presente termo.

P. Velho, 25 / 01 / 2012

Alessandro Azevedo Silva  
Técnico Judiciário

## CARGA

Nesta data estes autos foram retirados com carga

pelo(a) DPV com 17 folhas

Porto Velho 27 / 01 / 2012

Jayme Freitas Camacho  
Técnico Judiciário

Defensoria Pública da União em Rondônia  
Recebido em

Data 27 / 01 / 2012

[Assinatura]  
Assinatura

## RECEBIMENTO

Na data abaixo assinalada, recebi estes autos:

( ) Sem petição

☒ Com petição

Porto Velho 06 / 02 / 2012

Jayme Freitas Camacho  
Técnico Judiciário





**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1º OFÍCIO CÍVEL E PREVIDENCIÁRIO**

**EXCELENTÍSSIMO SR. JUIZ DA 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Processo nº 353-74.2012.4.01.4100 (Anulatória de Ato Administrativo Denegatório de Visto Permanente)**

**PAJ 2010-02339**

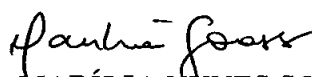
**LIZ VANESA AGUILAR CANIDO**, já qualificada nos autos supra, juridicamente assistida pela **Defensoria Pública da União**, vem, respeitosamente, perante V.Exa., em atendimento ao despacho de fls. 16, emendar a petição inicial, nos termos do art. 284 do CPC. Desse modo, seguem em anexo: cópias do passaporte e da carteira de identidade da autora, do cartão de saída da Bolívia, quando de sua entrada no Brasil, e do cartão de saúde do SUS.

Observa-se, ainda, que os demais documentos listados às fls. 13 já se encontram nos autos desde a protocolização da petição inicial. No entanto, não possui mais sua certidão de nascimento e não tem como consegui-la, haja vista que não retorna à Bolívia há quase três anos. Além disso, a requerente postula a gratuidade das taxas, motivo pelo qual deixa de apresentar o pagamento da GRU.

Por fim, importante salientar que o indeferimento na via administrativa deu-se tão-somente pela *ausência de registro dos nomes dos avós maternos nas Certidões de nascimento das filhas menores*, e, ainda, pela *ausência de registro recente de entrada no País*, motivo pelo qual a autora necessita do suprimimento judicial.

Nestes termos, requer-se o prosseguimento do feito.

Porto Velho, 03 de fevereiro de 2012.

  
**MARÍLIA NUNES SOARES**  
Defensora Pública Federal

RTR 2 3 4 5	ELECCIONES NACIONALES	LA DIRECCION NAL. DE IDENTIFICACION PERSONAL		CICLON 4 3 2 1
		CERTIFICA: Que la firma, fotografia e impresion pertenece		
		A:	LIZ VANESA AGUILAR	
		Nacido el	25 de Septiembre 1978	
		En	S. Ignacio-Velasco	
		Estado civil	Soltera	
		Profesion	Estudiante	
		Domicilio	B/Pueblo Nuevo	
		Sub-Director General de Identificación Personal JEFE DE OFICINA		

REPÚBLICA DE BOLIVIA  
MINISTERIO DE INTERIORES  
SERVICIO NACIONAL D'IDENTIFICACION

BOLETA DE VOTO Bs 1300

PASABANDA  
OV-REC 01

Bs 10

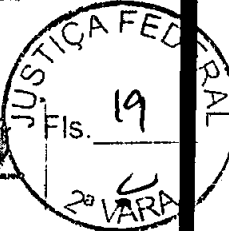
Liz Vaneza Aguilar Canido  
Nombre

Lugar  
S-J-V

Fecha  
09 03 09

Nº 875410

DIRECCION GENERAL DE RECAUDACIONES



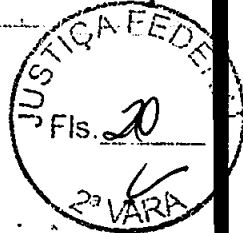
REPUBLICA DE BOLIVIA  
CEDULA DE IDENTIDAD

43444  
44444  
Serie  
Secc.

5394088

No. 5394088 de SANTA CRUZ  
S. Ignacio, 12 de Febrero de 20 09  
Válida hasta el 12 de Febrero de 20 15

BIENESTAR DEL INTERESADO



REPÚBLICA DE BOLIVIA  
MINISTERIO DE HACIENDA  
SERVICIO NACIONAL DE RECIBOS

PASABANDA  
OV-REC 01

212 Vaneza Aguilar Canido  
Nombre

Lugar  
S-J-V

Fecha  
09 03 09

Nº 875410

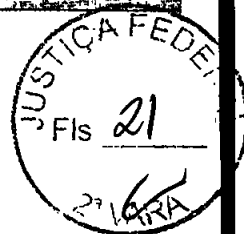
DIRECCION GENERAL DE RECAUDACIONES

**CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE**

**SUS**  
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

898 0027 7331 3234

Nome: LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO  
 Data de Nascimento: 25/09/1978  
 Sexo: F Data de emissão: 26/04/2011  
 Município de residência: CANDEIAS DO JAMARI - FUE RO



Nº DE REGISTRO / Record number: SNM USO PERSONAL / Personal Use Nº 163181 S/S -08

SNM 08/08

16 APELLIDO(S) / Last Name: AGUILAR CANIDO

17 NOMBRE(S) / First (Given) Name: LIZ VANESA

18 FECHA DE NACIMIENTO / Date of birth (D/M/Y): 25-09-78

19 NACIONALIDAD / Nationality: BOLIVIANA

20 DOCUMENTO DE VIAJE / Travel Document:  
☒ Pasaporte / Passport ☐ Pasaporte Oficial / Official Passport ☐ Otro / Other  
☐ Cédula de Identidad / ID ☐ Pasaporte Diplomático / Diplomatic Passport

21 NÚMERO DEL DOCUMENTO / Document Number: 5394086

22 PAÍS DONDE VIVE / Country of Residence: BOLIVIA

23 MOTIVO DE VIAJE / Purpose of Trip:  
☒ Turismo / Tourism ☐ Negocios / Business  
☐ Trabajo / Work ☐ Visita amigos / familia / Family / Friends visit  
☐ Retorno / Return ☐ Otro / Other

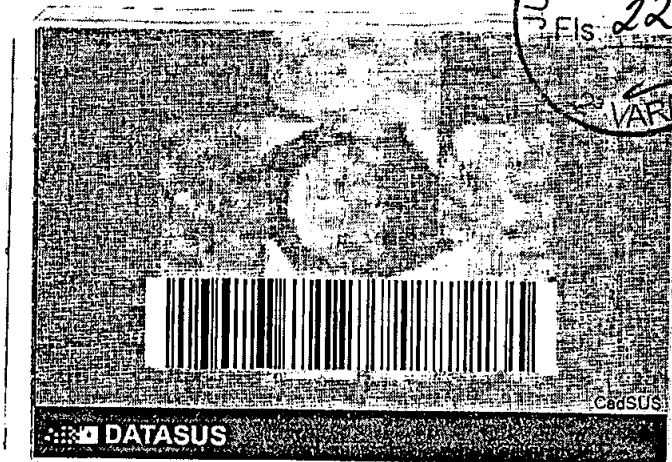
24 MEDIO DE TRANSPORTE / Means of transportation:  
☐ ☒ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

25 EMPRESA DE TRANSPORTE Y NÚMERO / Transportation company and number:

SELLO DE INGRESO  
Entry Stamp

SELLO DE SALIDA  
Departure Stamp

07 MAR 2009  
064 - SC - 40 - PIS - 02  
SERVICIO NACIONAL DE MIGRACIONES



USTED DEBE DEVOLVER ESTA TARJETA AL REGRESAR A BOLIVIA  
You must return this form when arriving to Bolivia

ADVERTENCIA: EL EXTRANJERO SIN PERMISO LEGAL PARA TRABAJAR ESTA SUJETO A SER EXPULSADO  
Warning: A foreigner who accept unauthorized employment is subject to deportation.


LA PERDIDA DE ESTA TARJETA RETARDARA SU INGRESO (SIN MULTA)  
The loss this card may delay your entry (No fines)

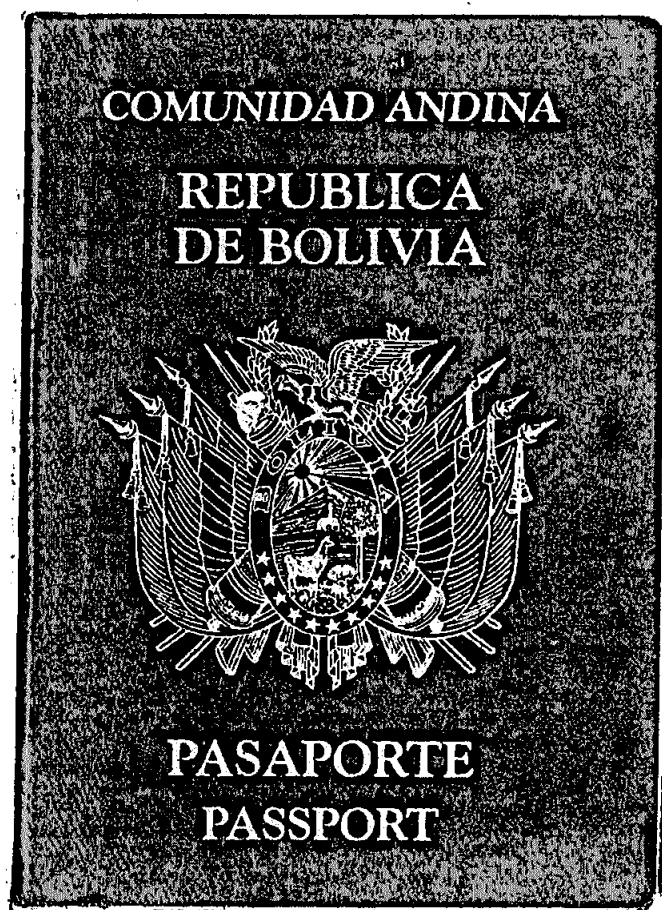
USO OFICIAL

ULTIMO PAIS VISITADO: \_\_\_\_\_

PUERTO DE SALIDA: \_\_\_\_\_

No. VUELO / NOMBRE TRANSPORTE: \_\_\_\_\_

  
2005 HAM **Ernesto Peña Ruiz**  
INSPECTOR REGIONAL MIGRACION  
San Ignacio de Velasco  
Firma Autorizada



REPUBLICA DE BOLIVIA



INS

*Carta de  
ENTRADA  
PF / Gmi*

1. Este pasaporte es pro  
sirve como documen
2. Su vigencia es de ser  
emisión. Pasada esta  
validez.

3. Este pasaporte no ex  
contar con las visas y todos los documentos requeridos  
por las regulaciones de otros países.

4. Cualquier alteración en la  
o marca so  
inmediato

5. La pérdida  
denunciad  
evitar su u

SERVICIO NACIONAL DE MIGRACION

PASAPORTE VALIDO  
POR 6 AÑOS  
SEGUN D.S. 24423  
DEL 28-XI-96

BOLIVIA

6. Para obten  
documento en la oficina de migración más próxima o en  
un Consulado de BOLIVIA para su actualización respectiva.

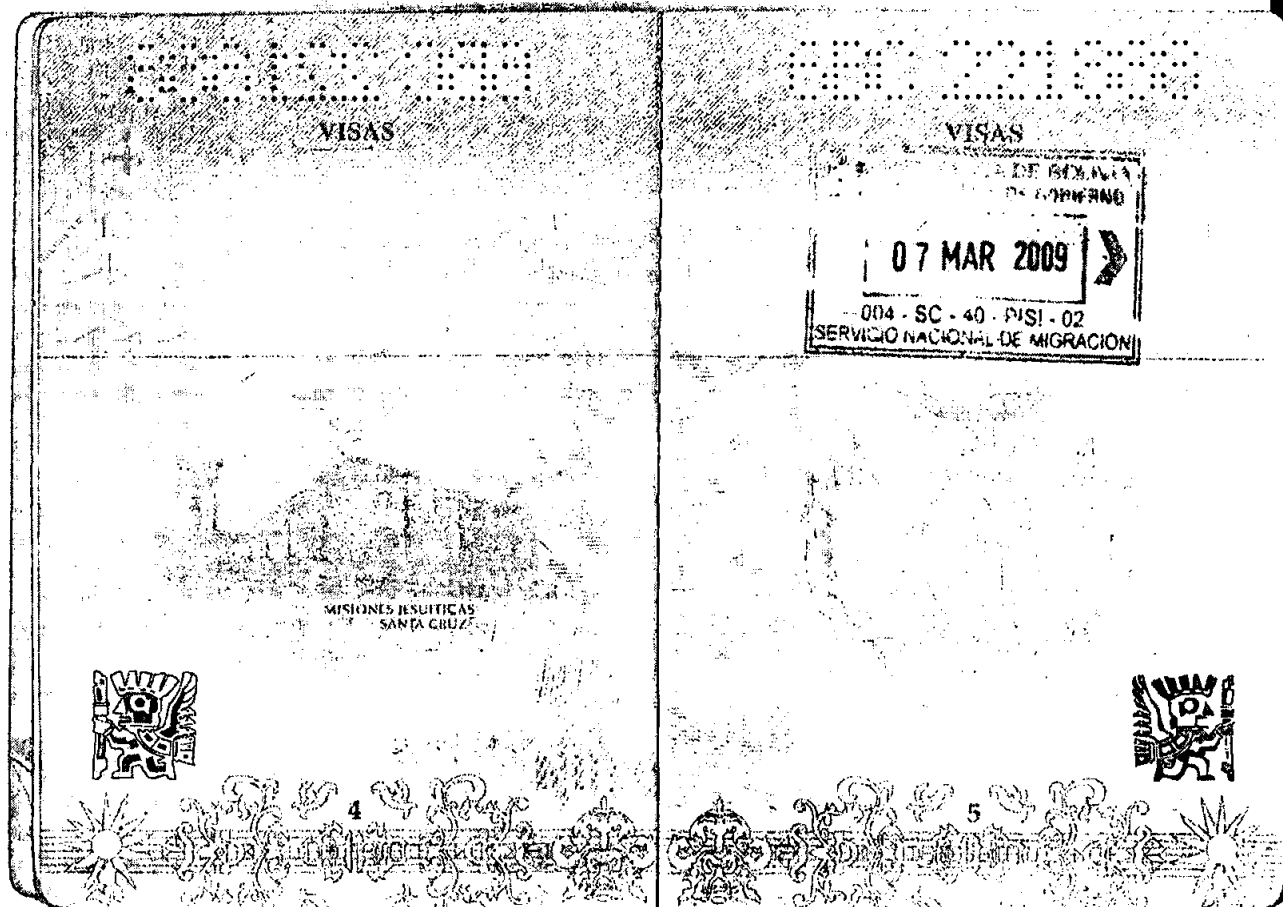
6BC 221888

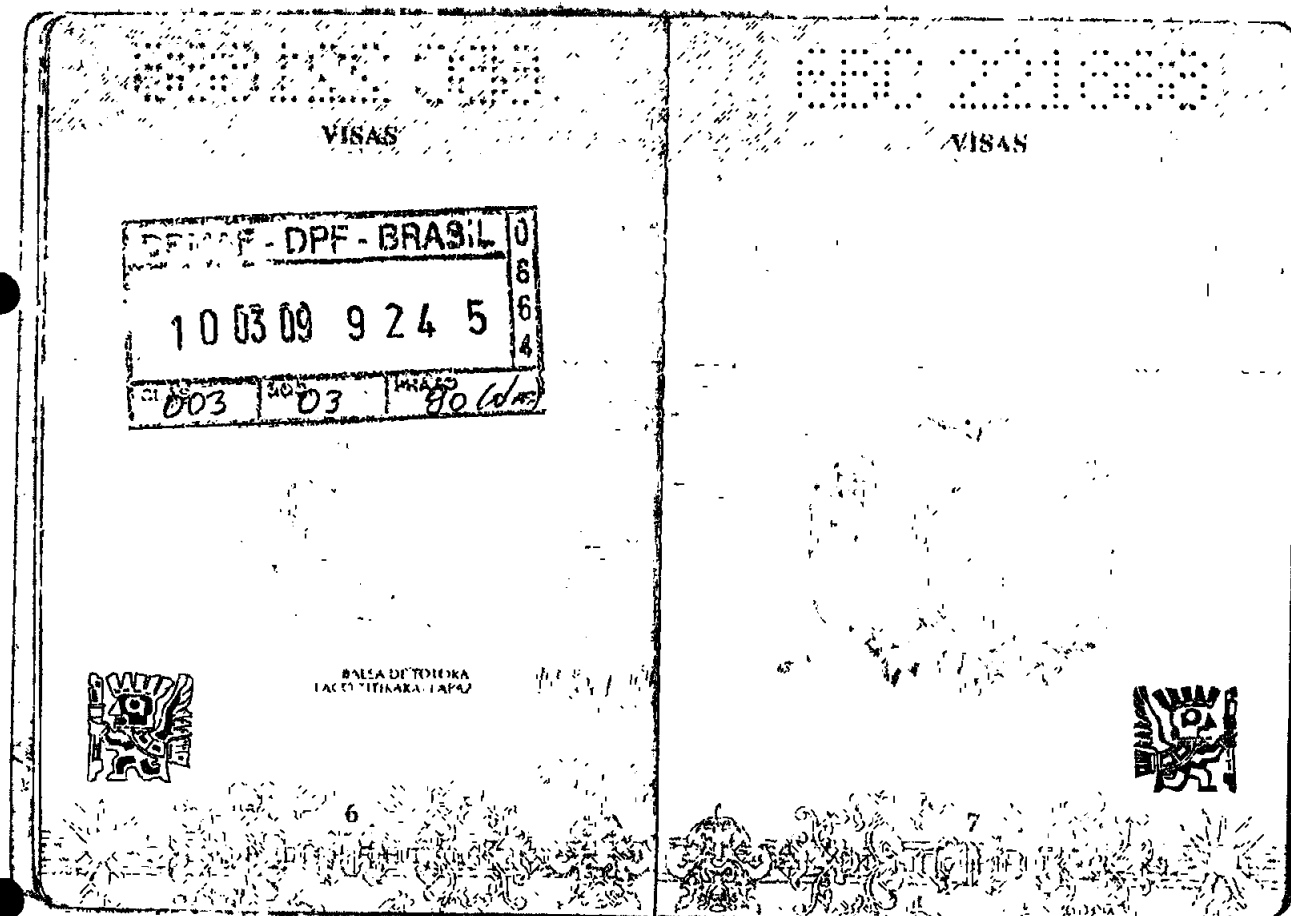
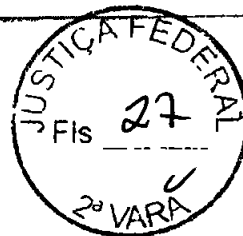
C.I. 5394088

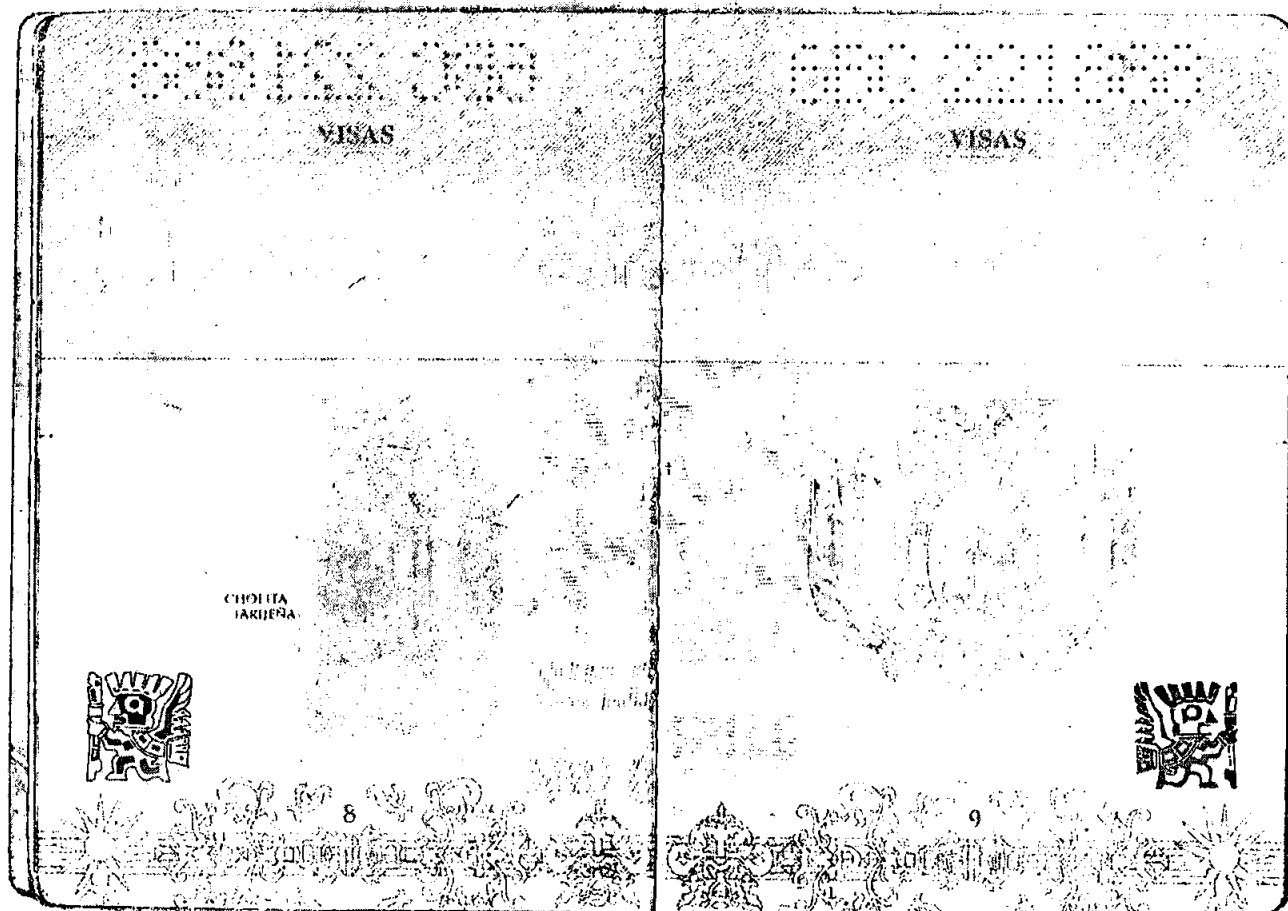
05 MAR 2009  
JUSTIÇA FEDERAL  
is. 25  
VARA

BLICA DE BOLIVIA












Autos nº 353-74.2012.4.01.4100

**CONCLUSÃO**

Faço os presentes autos conclusos para Decisão.

Porto Velho, 09 de março de 2012.

  
**Aloísio Pereira da Trindade**  
Supervisor da SEPOD da 2ª Vara



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
EM RONDÔNIA

Processo nº 353-74.2012.4.01.4100 – Classe: 1900 – Ação Ord/Outras  
Autor: LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO  
Réu: UNIÃO FEDERAL E OUTRO

**DECISÃO**

Trata-se de ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, objetivando *“a regularização da estada da demandante no território nacional, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), expedindo-se o visto permanente, viabilizando o cadastro regular dela no Registro Nacional de Estrangeiros – RNE, com a respectiva expedição da Cédula de Identidade de Estrangeiro, bem como para que se abstenha da exigência de qualquer taxas para expedir a documentação ora apontada”*.

A autora sustenta, em síntese, que apresentou requerimento administrativo de permanência definitiva no território nacional, indeferido na via administrativa, de forma verbal, em virtude da ausência de registro dos nomes dos avós maternos nas certidões de nascimento das filhas, e ainda, pela ausência de registro recente de entrada no Brasil.

Após o cumprimento do despacho de fls. 16, vieram-me os autos para análise do pedido de antecipação de tutela.

**É o breve relatório. Decido.**

Nos termos do art. 273 do Código de Processo Civil, o juiz poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável.

No presente caso, não existem provas do indeferimento na

31  
8



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
EM RONDÔNIA**

via administrativa. O indeferimento, de forma verbal, é ponto controvertido que compromete a própria ação, vez que se trata de “Ação Anulatória de Ato Administrativo Denegatório de Visto Permanente”.

Ademais, instada pela Defensoria Pública acerca da viabilidade de conceder o visto à autora, a Polícia Federal apenas informou as duas possibilidades para regularização da situação do estrangeiro no país, ou seja, em nenhum momento praticou ato denegatório.

Não se apresentando o direito como verossímil, à simples vista de prova documental, mas sendo em princípio matéria controversa, dependente da produção de outras provas, não verifico como deferir a liminar.

**DISPOSITIVO**

Diante do exposto, **indefiro o pedido de antecipação de tutela.**

Publique-se. Intime-se. Cite-se.

Porto Velho, 14 de março de 2012.

**WAGMAR ROBERTO SILVA**  
JUIZ FEDERAL



**RECEBIMENTO**

Aos 15/3/2012, nesta Cidade de Porto Velho/RO, recebi estes com DECISÃO autos do Gabinete do Juiz Federal.

Paulo Roberto Martins Manvailer  
Supervisor da SEAPA 2ª Vara

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO**, que deixo de dar cumprimento à orientação do provimento COGER N. 66 de 06.12.2012, no tocante aos registros ali elencados, em razão do e-CVD, no momento, estar inoperante. aguardando manutenção pelo Setor de Informática.

**Assim**, após liberação do e-CVD, os expedientes pendentes serão devidamente registrados, conforme orienta o citado provimento.

Porto Velho-RO, quinta-feira, 15 de março de 2012.

Paulo Roberto Martins Manvailer  
Supervisor da SEAPA 2ª Vara

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

O procedimento abaixo grafado,

☒ Despacho

☒ Decisão 30/31

☐ Sentença

☐ Ato Oramatório

☐ Edital

Foi publicado no E-DJF1 N° 55, Ano II, nesta data.

Porto Velho, 19/03/2012

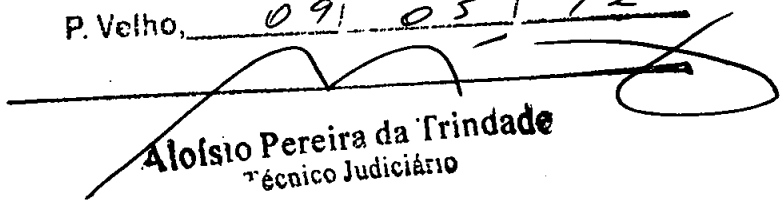
Paulo Roberto Martins Manvailer  
Supervisor da SEAPA 2ª Vara

## VISTA

Nesta data, faço vista dos presentes autos ao (à)

União, via AGU, para  
apresentar requête  
Do que, para constar, lavrei o presente termo.

P. Velho, 09/05/12

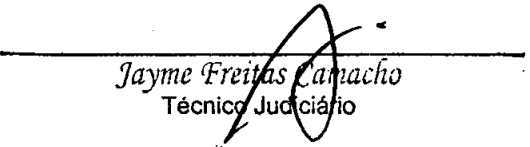
  
**Aloísio Pereira da Trindade**  
Técnico Judiciário

## CARGA

Nesta data estes autos foram retirados com carga

pelo (a) AGU com 32 folhas

Porto Velho 11/05/2012

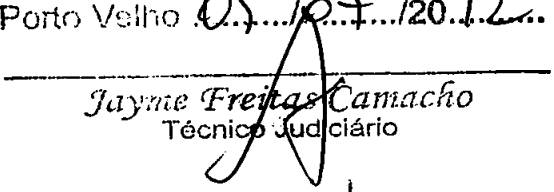
  
**Jayme Freitas Camacho**  
Técnico Judiciário

## RECEBIMENTO

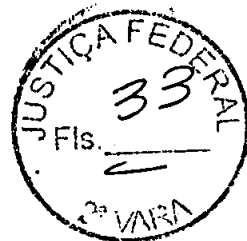
Na data abaixo assinalada, recebi estes autos:

( ) Sem petição (X) Com petição

Porto Velho 05/07/2012

  
**Jayme Freitas Camacho**  
Técnico Judiciário





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**

Av. Nações Unidas, 271, Bairro KM 01, Porto Velho – RO, CEP 76804-099  
Fones: (69)3218-4500, Fax: (69)3223-2943, Endereço eletrônico: pu.ro@agu.gov.br

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA MM. 2ª VARA FEDERAL DA  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Processo nº.: **353-74.2012.4.01.4100**  
Autor: **LIZ VANESA AGUILAR CANDIDO**  
Réu: **UNIÃO**

A UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, pela Advogada da União que esta subscreve, vem, nos autos do processo em epígrafe, apresentar

**CONTESTAÇÃO**

ao pedido do(a) autor(a), e o faz com fundamento nas seguintes razões de fato e de direito as quais passa a expor:

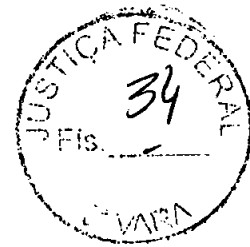
**1. DOS FATOS**

Trata-se de ação ordinária movida por nacional boliviana objetivando a concessão de visto de permanência, independente do pagamento de taxas e multas, e a abstenção pela autoridade de prática de atos com o objetivo de promover sua deportação.

Alega a autora possuir que teria ingressado no território nacional há mais de 13 (treze) anos, com seu companheiro. Aduz que em 2010 requereu administrativamente a regularização de sua estada no território nacional, tendo-lhe sido encaminhado ofício nº 3395/2011-SR-DPF-RO (fl.12v/13) informando a viabilidade de conceder o visto permanente, havendo duas possibilidades para sua regularização.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



Diante disso, informa que apresentou o requerimento administrativo de permanência definitiva, devidamente instruído da documentação necessária, com fundamento no art. 75, item II da Lei 6.815/80, ou seja, por prole brasileira. Todavia, alega que teve seu requerimento indeferido de forma verbal, em virtude da ausência de registro dos nomes dos avós maternos nas Certidões de nascimento das filhas, e ainda, e pela ausência de registro recente de entrada no Brasil.

Por fim, aduz que o Setor competente da Polícia Federal a orientou a ingressar com demanda judicial para retificar os assentamentos civis na Certidão de Nascimento das filhas, sendo que somente após a retificação lhe seria concedido o RNE requerido.

Entretanto, a pretensão autoral não merece prosperar, conforme se demonstrará a seguir.

## **2. PRELIMINARMENTE –CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE JURÍDICO**

Alude a parte autora que teria requerido, administrativamente, a concessão de visto de permanência. Ocorre que, não há nos autos comprovação de requerimento administrativo formulado pela autora.

Ademais, tratando-se de fato constitutivo de seu direito, a ela caberia trazer aos autos a comprovação do pedido efetivado em sede administrativa, consoante se verifica do art. 333, I, do CPC, ônus de que não se desincumbiu.

Assim, questão ora debatida sequer encontra-se sujeita à análise pela via administrativa.

Deste modo, a autora é carente de ação uma vez que não está configurada pretensão resistida apta a sustentar o pedido ora pleiteado. Ausente a pretensão resistida pela Administração – representada pela denegação de requerimento administrativo ou pela insurgência contra o mérito do pedido – não se configura, em regra, a lide e, como tal, não há falar em lesão ou ameaça de lesão a direito, apta a suscitar o controle judicial.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**



Outrossim, nota-se às fls. 12v/13 o envio de ofício nº 3395/2011-SR/DPF/RO, encaminhado pelo Delegado de Polícia Federal à Defensoria Pública da União, a fim de informar a autora da possibilidade de regularização da sua situação no país de duas formas, dentre as quais poderia optar e requerer administrativamente.

Desta feita, vê-se que não há pretensão resistida por parte da Administração, uma vez que esta já se manifestou pela possibilidade de concessão de visto permanente, devendo apenas a parte autora requerer administrativamente, instruindo o requerimento com os documentos elencados no aludido ofício.

Assim, tem-se deva ser extinta a presente ação fulcro no art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

**3. DO MÉRITO - DA IMPOSSIBILIDADE DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS**

A parte autora requer isenção do pagamento da taxa cobrada para expedição da Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE e Registro Nacional de Estrangeiros – RNE.

Quanto à possibilidade de isenção do pagamento da taxa cobrada para expedição da Cédula de Identidade de Estrangeiro - CIE, em razão da própria natureza tributária, destaque-se que deveria ser prevista pela mesma via pela qual foi instituída, qual seja, por lei, não sendo permitido ao Estado atentar contra a ordem jurídica, sob pena de ver o ato desconstituído por ilegalidade.

Anote-se que a Lei nº 6.815/80, que define a situação jurídica dos estrangeiros no País, dispõe que a "emissão de documento de identidade, salvo nos casos de asilado ou de titular de visto de cortesia, oficial ou diplomático, está sujeito ao pagamento da taxa", conforme previsto no parágrafo único do art. 33, do citado diploma.

Assim, deve ser observado que conforme o art. 77, do Código Tributário Nacional, as taxas cobradas pela "União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.”

A esse respeito, ressalte-se que o recolhimento de taxas para fins de expedição de Registro Nacional de Estrangeiros custeia a atividade administrativa do Estado que, se dispensada, prejudicará toda a cadeia de prestação do serviço ao administrado.

Nesse sentido registre-se que dispõe o art. 176, do Código Tributário Nacional, quanto à obrigatoriedade de cobrança questionada, *verbis*:

Art. 176. A isenção ainda quando prevista em contrato é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Quanto à isenção de tributos, destaque-se ainda os termos do art. 150, § 6º, Magno Carta, *verbis*:

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.

Outrossim, registre-se que o art. 177, inc. I, do CTN, afirma que “*salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.*”

Sobre a matéria em questão, vale citar o entendimento do colendo Tribunal Regional Federal da 3ª região, *in verbis*:

CONSTITUCIONAL - ESTRANGEIRO - ISENÇÃO DE TAXAS - ARTIGO 131 Lei n. 6.815/80. 1. A emissão da segunda via do Registro Nacional de Estrangeiro - RNE e o recebimento de pedido de naturalização demandam o pagamento das taxas indicadas no anexo da Lei n. 6.815/80. 2. Não existe previsão legal para a isenção dessas taxas caso não possa o estrangeiro realizar seu adimplemento. 3. Inaplicáveis, à hipótese, os incisos LXXXVI e LXXXVII do artigo da Constituição Federal, bem como suas normas regulamentares. 4. Sentença mantida.

(AMS 200561040064188, DESEMBARGADOR FEDERAL MAIRAN MAIA, TRF3 - SEXTA TURMA, DJF3 CJ1 DATA:15/12/2010 PÁGINA: 528.)

Destaque-se, ainda, o voto do Desembargador Relator nos autos da Apelação retro mencionada:



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**

O artigo 131 da Lei n. 6.815/80 e o Decreto-lei n. 2.236/85 preveem a cobrança de taxa para expedição do documento de identidade de estrangeiro.

A taxa, como tributo de acordo com o artigo 3º do Código Tributário Nacional, sujeita-se aos princípios da tipicidade e legalidade, não podendo sua exigibilidade ser suspensa ou dispensada senão em virtude de lei ou ato normativo expedido pela autoridade competente quando a lei o dispuser.

Com efeito, a isenção é produto da implementação de política fiscal e econômica pelo Estado em função do interesse social, de modo que a exclusão legal por ela operada constitui exceção feita por lei à regra jurídica da tributação.

A regra isentiva não permite interpretação ampliativa ou integrativa. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos para a sua concessão, a teor do disposto nos artigos 176 e 177 do Código Tributário Nacional.

Outrossim, não se há de falar em violação aos incisos LXXVI e LXXVII do artigo 5º da Constituição Federal, na medida em que referidos incisos nada mencionam acerca da gratuidade dos serviços postulados pela impetrante. Tampouco, as Leis n. 9.534/97 e 9.265/96 que regulamentaram as referidas normas constitucionais.

Como acentua a sentença:

"Ademais, não cabe invocação pela impetrante do artigo 1º da Lei n. 9.265/96 nem do artigo 5º, incisos LXXVI e LXXVII, da Constituição Federal vigente. Este, por tratar da gratuidade aos reconhecidamente pobres, na forma da lei, do registro civil de nascimento, da certidão de óbito e de todos os atos necessários ao exercício da cidadania.

Quanto à Lei n. 9.256/96, ao regulamentar aquele preceito, não incluiu os documentos requeridos pela impetrante, mesmo porque não poderia fazê-lo em razão do dispositivo constitucional prever quais os documentos sujeitos à isenção."

Ante o exposto, voto por negar provimento à apelação.

#### **4. DO PEDIDO**

Diante do exposto, a União requer:

- a) seja extinto o feito sem exame de mérito, por falta de interesse de agir, a teor do art. 267, VI, do Código de Processo Civil
- b) no mérito, que seja julgado totalmente improcedente o pedido, nos termos da presente contestação, condenando o autor no pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios.

Termos em que pede deferimento.

Porto Velho/RO, 28 de junho de 2012.

**ANÚBIA SECCO GIARETTA**  
Advogada da União

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

SJ/RO

2ª VARA

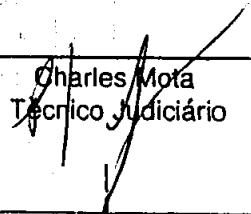
**EM BRANCO**

## JUNTADA

Nesta data faço juntada aos autos do(a):

- ( ) Carta Precatória nº \_\_\_\_\_
- ( ) Contestação \_\_\_\_\_
- ( ) Mandado(s) nº \_\_\_\_\_
- ( ) Ofício(s) nº \_\_\_\_\_
- ☒ Petição \_\_\_\_\_
- ( ) \_\_\_\_\_

Porto Velho, 05/07 / 2012

  
Charles Mota  
Técnico Judiciário



**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1º OFÍCIO CÍVEL E PREVIDENCIÁRIO**

**EXCELENTÍSSIMO SR. JUIZ DA 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO  
ESTADO DE RONDÔNIA**

**Processo nº 353-74.2012.4.01.4100 (Anulatória de Ato Administrativo Denegatório de  
Visto Permanente)**

PAJ 2010-02339

**LIZ VANESA AGUILAR CANIDO**, já qualificada nos autos supra, juridicamente assistida pela *Defensoria Pública da União*, vem, respeitosamente, perante V.Exa., requerer juntada da cópia de sua **Certidão de Nascimento**, o que só possível nesse momento, haja vista que os seus parentes conseguiram a sua emissão em 08/02/2012 e a enviaram pelos Correios.

Outrossim, requer o prosseguimento do feito.

Termos em que pede deferimento.

Porto Velho, 15 de março de 2012.

*Marília Nunes Soares*  
**MARÍLIA NUNES SOARES**  
Defensora Pública Federal  
Defensoria Pública da União/RO



ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA  
TRIBUNAL SUPREMO ELECTORAL  
SERVICIO DE REGISTRO CIVIL

Nº 840088

COSTO FORMULARIO Bs. 1.-

CERTIFICADO DE NACIMIENTO

ORGANISMO  
ELECTORAL  
PLURINACIONAL

Certifico que en la Oficialía No. 797 Libro No. 5 Partida No. 311 Folio No. 311

Del Departamento Santa Cruz Provincia Velasco

Localidad San Ignacio

Con fecha de partida: Día 7 Mes octubre Año 1978

Se halla inscrito el nacimiento de

LIZ VANESA AGUILAR CANIDO

SERIE C-2011

R-52-60

Bs. 29.-

Lugar de Nacimiento: Santa Cruz Velasco San Ignacio  
Departamento Provincia Localidad

Fecha de Nacimiento: 25 de febrero de 1978  
Día Mes Año Hora

RENE AGUILAR

NOMBRES Y APELLIDOS DEL PADRE

IGNACIA CANIDO

NOMBRES Y APELLIDOS DE LA MADRE

Nota Aclaretorias: No 993497

COPIA DEL LIBRO

CORREGIDO PARTIDARES DEL C.N.E.

LUGAR Y FECHA DE EMISION	LOCALIDAD	DIA	MES	AÑO
	Santa Cruz	8	febrero	2012

Form R-62



Abog. Vanina Virginia Cabrera  
Oficialia Computarizada de  
Registro Civil No. 4107  
SELLO, NOMBRE Y FIRMA DEL  
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL

Este certificado queda NULO si en él se hubieran hecho raspaduras, borroneos o enmiendas.

IND. GRAFICAS "SIRENA" NIT 1522459015 - SERIE B - 2011 - del 0000001 al 6 200 000 - 09/2011

Confere con  
o original anexado  
PVH, 15/03/2012  
Martha Joan  
DPU RD.



## VISTA

Nesta data, faço vista dos presentes autos ao (à)  
*DPV para manifestação acerca da contestação*  
*juntada no prazo legal.*

Do que, para constar, lavrei o presente termo.

P. Velho, .....13.....1.....18.....1.....12.....

*Aloísio Pereira da Trindade*  
Técnico Judiciário

## CARGA

Nesta data estes autos foram retirados com carga

pelo (a) *DPV* com *10* *folhas*

Porto Velho .....17.....08.....120.....12.....

*Charles Raulmont Mota Santana*  
Técnico Judiciário

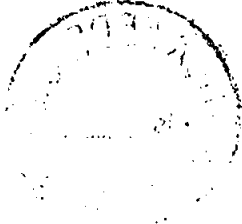
## RECEBIMENTO DPV

Nesta data, recebo os autos

*17* / *08* / *12*

*[Assinaturas]*

Assinatura



ART. 114

Ata da audiência pública realizada em 28/08/12, às 14h30min, no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sob a presidência de Sua Excelência o Senhor Desembargador Paulo Roberto de Almeida, Presidente do Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, e da presença dos Senhores Desembargadores Paulo Roberto de Almeida, Presidente do Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, e do Senhor Desembargador Paulo Roberto de Almeida, Presidente do Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Para o qual, para constar, foi lido o presente termo.

Assinada em 28/08/12, às 14h30min, no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Assinado e rubricado por:   
 Paulo Roberto de Almeida, Presidente do Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

RECEBIMENTO

Aos 28/08/12 recebi estes autos

( ) sem petição ☒ com juntada de petição

*Charles Mota*  
Técnico Judiciário



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM RONDÔNIA



EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO  
JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

Processo nº 353-74.2012.4.01.4100

PAJ 2010-02339

**Liz Vanesa Aguilar Canido**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por meio da Defensoria Pública da União (DPU) e em atenção ao termo de vista de fls. 40, ora apresenta a seguinte réplica à contestação de fls. 33/37, **reportando-se às razões da peça inicial de fls. 03/06.**

Alega a União, em sua peça contestatória, em síntese: (a) a carência da ação, por falta de interesse de agir, em virtude de não haver nos autos comprovação do requerimento administrativo, e (b) a impossibilidade de isenção do pagamento das taxas cobradas para expedição da cédula de identidade de estrangeiro e registro nacional de estrangeiro.

Inicialmente, quanto à falta de interesse de agir, a alegação não deve prosperar, uma vez que o interesse nasceu quando a autora, ao dirigir-se ao Departamento de Polícia Federal, de posse dos documentos solicitados, teve negado, de forma verbal, o seu direito à abertura do processo administrativo sob o *fundamento de que não constavam nas certidões de nascimento das filhas os nomes dos avós maternos*, devendo ela ingressar com demanda judicial para retificar os assentamentos civis nas referidas certidões. A ocorrência deste fato prova-se pelos documentos já acostados aos autos, pois se percebe que nas certidões de nascimento das filhas da autora não consta a informação. No entanto, os nomes dos pais da



## DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM RONDÔNIA

autora constam no documento de fls. 39, o que por si só supre a “necessidade” da informação nas certidões.

Além disso, patente está a negativa em não conceder o visto sem o pagamento das taxas, tanto é que a União já resistiu à pretensão da autora, conforme se observa em sua contestação, além de já constar a informação no ofício da Polícia Federal de fls. 13.

O núcleo familiar da requerente é composto pelo marido e duas filhas menores impúberes, que vivem em um galpão cedido por familiar, onde há uma casa com 1 (um) quarto, 1 (uma) sala, 1 (uma) cozinha e 1 (um) banheiro, conforme pesquisa socioeconômica realizada na DPU. **Apenas recentemente**, a parte autora e seu marido iniciaram atividades em uma oficina mecânica, no mesmo galpão onde residem, o que gera uma renda média de R\$ 1.500,00. Diante disso, percebe-se a impossibilidade de a autora arcar com as taxas exigidas pela parte ré.

Com efeito, o RNE, para o estrangeiro residente no país, é documento essencial à consecução de seus direitos fundamentais. Por outro lado, em atenção ao princípio da igualdade material, se o estrangeiro não possui condições financeiras para arcar com as custas da expedição do RNE, tal documento deve ser fornecido gratuitamente. É nesse sentido que se firmou a jurisprudência em relação ao tema:

*ADMINISTRATIVO. CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO. EXPEDIÇÃO. GRATUIDADE. - A expedição de cédula de identidade nacional a estrangeiro, no caso deste não ter condições de arcar com o custo de expedição, deve-lhe ser fornecida gratuitamente, porquanto constitui-se documento que possibilita o exercício de direitos fundamentais, abstraído o*



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM RONDÔNIA

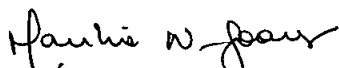


*acesso a direitos políticos. (REO 200472000096787, VÂNIA  
HACK DE ALMEIDA, TRF4 - TERCEIRA TURMA, 17/05/2006)*

Assim sendo, requer-se o regular prosseguimento do feito.

Pede deferimento.

Porto Velho/RO, 28 de agosto de 2012.

  
**MARÍLIA NUNES SOARES**  
Defensora Pública Federal

**ATO ORDINATÓRIO**

Com fundamento no inciso XIV do art. 93 da Constituição Federal, no art. 104, incisos I e II do Provimento Geral Consolidado nº. 03, de 26.03.2002-COGER/TRF-1ª Região, e nos termos da Portaria nº. 001/2008/2ª Vara, **INTIMAR AS PARTES** para especificação das provas, no prazo de 05 (cinco) dias. Caso apresentem, justifiquem fundamentadamente os motivos e o que exatamente pretendem provar e, desde logo: 1) se testemunhal, apresentar o rol, com nome completo, qualificação e endereço; 2) se pericial, informar que tipo de perícia e apresentar os quesitos, bem como o nome do assistente técnico, se desejarem.

Porto Velho, 03 de outubro de 2012.

  
Aloísio Pereira da Trindade  
Supervisor da SEPOD – 2ª Vara

**TERMO DE CARGA**

CERTIFICO que nesta data, o presente feito foi retirado com carga pela **Defensoria Pública da União**. Nada mais.

Porto Velho, 05/10/2012.

  
Servidor

Jayme Freitas Camacho  
Técnico Judiciário

Defensoria Pública da União em Rondônia

Recebido em

Data 05/10/2012

  
Assinatura

RECEBIMENTO

Aos 19 / 10 / 12 recebi estes autos

( ) sem petição (X) com juntada de petição

*Charles Mota*  
Técnico Judiciário





**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**1º OFÍCIO CÍVEL E PREVIDENCIÁRIO**

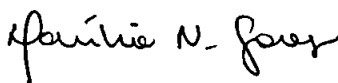
EXCELENTÍSSIMO SR(A) JUIZ(ÍZA) DA 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA  
DE RONDÔNIA.

**Processo nº 353-74.2012.4.01.4100**

PAJ 2010/02339

**LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem por meio da **Defensoria Pública da União (DPU)**, informar que não pretende produzir outras provas, uma vez que são suficientes as acostadas aos autos, o que dá margem ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, inc. I, do CPC.

Nestes termos, pede deferimento.  
Porto Velho, 17 de outubro de 2012.

  
**MARILIA NUNES SOARES**  
Defensora Pública Federal

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO:** Rua Natanael de Albuquerque nº 192, Centro, Porto Velho/RO, 76801-044, telefone (69) 3218-4000 e 3218-4012 (fax) - Atendimentos de 2ª a 5ª feira, das 7h 30min às 17h - [www.dpu.gov.br](http://www.dpu.gov.br)

JUSTICA FEDERAL "2ª VARA" 18/OUT/2012 15:36 0037078



## VISTA

Nesta data, faço vista dos presentes autos ao (à):  
*União, via AGU, para especificação de prazos nos termos do AD de fls. 43.*

Do que, para constar, lavrei o presente termo.

P. Velho, ..... *12* ..... *11* ..... *12* .....

*Aloisio Pereira da Trindade*  
Técnico Judiciário

## CARGA

Nesta data estes autos foram retirados com carga

pelo (a) *AGU* com *45* folhas

Porto Velho ..... *16* ..... *11* ..... *20* ..... *12* .....

*Jayme Freitas Camacho*  
Técnico Judiciário

*mm juiz  
sem prazos a produzir.  
Porto Velho 21/11/12*

*Anubia Sedco Giaretta*  
Advogada da União  
Mat. SIAPE nº 1830021  
Procuradoria da União em Rondônia

# RECEBIMENTO

Aos 26/11/18, recebi estes autos  
Do que, para constar, lavrei este termo

Charles Mota  
Técnico Judiciário

A FOLHA

Os autos são de competência do Juízo de Direito da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Os autos são de competência do Juízo de Direito da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

A FOLHA

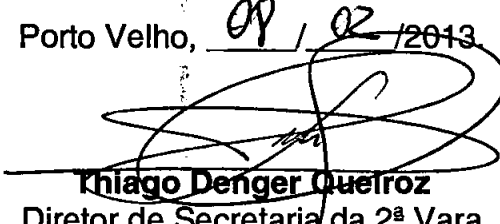


Autos nº 353-74.2012.4.01.4100

**CONCLUSÃO**

Faço os presentes autos conclusos para Sentença.

Porto Velho, 09 / 02 / 2013

  
**Thiago Denger Queiroz**  
Diretor de Secretaria da 2ª Vara



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA  
2ª VARA FEDERAL**

Autos de n. 353-74.2012.4.01.4100

CLASSE N. 1900 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

Autor : Liz Vanessa Aguilar Canido

Réu : União

Sentença Tipo "B" - Repetitiva – Resolução n. 535/2006-CJF

**SENTENÇA**

Trata-se de ação de rito ordinário, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ajuizado por **LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO**, qualificada nos autos, através da Defensoria Pública da União em Rondônia – DPU, contra a **UNIÃO**, objetivando a regularização de sua permanência definitiva no Brasil, mediante a expedição de Registro Nacional de Estrangeiro e a Cédula de Identidade de Estrangeiro, independentemente do pagamento de taxas e multas, bem como se abstenha a ré de deportá-la por esse motivo.

Narra a autora que é boliviana e imigrou para o Brasil há 13 (treze) anos, juntamente com seu companheiro, vindo a nascer suas duas filhas em território nacional.

Alega que requereu administrativamente a regularização de sua estadia no país, porém o pleito foi indeferido verbalmente em razão da ausência dos nomes dos avós maternos nas certidões de nascimento das filhas, bem como pela não comprovação de registro recente de entrada no Brasil.

Sustenta que não ostenta condições mínimas de arcar com os valores das taxas exigidas para expedição do Registro Nacional de Estrangeiros – RNE e da Carteira de Identidade de Estrangeiro – CIE, necessários para a permanência em território nacional.

Inicial instruída com documentos (fls. 8/13).

Emenda à inicial (fls. 18/28).

Decisão indeferindo o pedido antecipatório (fls. 30/31).

A União apresenta contestação alegando, em preliminar, a carência da ação por falta de interesse processual, pois não houve requerimento administrativo.

No mérito, sustenta a impossibilidade de isenção do pagamento das taxas para expedição da Carteira de Identidade de Estrangeiro – CIE e do Registro Nacional de Estrangeiros – RNE em razão de sua natureza tributária, o que impõe que a isenção também esteja prevista na lei que instituiu a cobrança, não lhe socorrendo na Lei n.



Autos de n. 353-74.2012.4.01.4100

6.815/1980, a qual apenas isenta do pagamento os casos estrangeiro asilado, o titular de visto de cortesia e o oficial ou diplomático.

Pugna, ao final, pela improcedência dos pedidos.

Juntada da certidão de nascimento de estrangeiro à fl. 39.

Réplica (fls. 41/42).

Sem produção de provas.

É o relatório. Decido.

### FUNDAMENTAÇÃO.

A preliminar de carência da ação por falta de interesse processual em razão da inexistência de ato administrativo denegatório do pedido e visto permanente não merece acolhida.

Ainda que só com o ajuizamento da presente ação (18/02/2012) a demandante tenha veiculado a sua pretensão de obter a regularização de sua estadia no Brasil e, conseqüentemente, a expedição da Carteira de Identidade de Estrangeiro – CIE e do Registro Nacional de Estrangeiros – RNE, independentemente do pagamento das respectivas taxas, entendo que a ausência de prévio requerimento administrativo nesse sentido foi suprido com o oferecimento da contestação pela União, na qual veiculou resistência aos pleitos autorais.

Portanto, caracterizado o interesse processual da parte autora pela resistência da União aos pedidos deduzidos na inicial.

Passo ao mérito.

A demanda subsume-se à isenção de taxas e multas para obtenção de Registro Nacional de Estrangeiro – RNE e da Cédula de Identidade de Estrangeiro - CIE.

O objeto debatido nos autos deve ser analisado sob os auspícios do princípio da dignidade da pessoa humana e da interpretação sistemática do ordenamento jurídico que diz respeito às garantias fundamentais dos cidadãos.

Embora ausente norma legal específica aplicável ao caso em análise, sou pelo deferimento do pleito, com amparo na interpretação sistemática das regras insertas na Constituição Federal, as quais consagram entre as garantias fundamentais dos cidadãos, sejam eles nacionais ou estrangeiros residentes no Brasil, o direito à vida e ao trabalho, bem como a proteção à família pelo Estado (arts. 5º, 6º, 193 e 226).



Autos de n. 353-74.2012.4.01.4100

Além disso, o art. 4º da Lei de Introdução ao Código Civil autoriza o julgador a decidir, nos casos de omissão da lei, de acordo com a analogia e os princípios gerais de direito, mostrando-se esses aplicáveis à situação versada nos autos, mormente diante da finalidade social a embasar o pedido, uma vez que a Magna Carta assegura, aos reconhecidamente pobres, a gratuidade do registro civil, da certidão de óbito e da assistência jurídica integral.

No caso concreto, a nacionalidade estrangeira da autora se encontra suficientemente demonstrada pelos documentos de fls. 19/20, 23/27 e 39, bem como a existência de domicílio no Brasil (em Trinco, Distrito do Município de Candeias do Jamary/RO), além das certidões de nascimento de duas filhas, nascidas em solo brasileiro nos anos de 2000 e 2003 (fls. 10).

Anoto que a circunstância de não constar os nomes dos avós maternos nas referidas certidões de nascimento das menores já se encontra superada em razão da apresentação da certidão de nascimento original da mãe (ora autora), com cópia à fl. 39, o que autoriza a correção e inclusão no cartório correspondente.

Comprovada, também, a aludida insuficiência econômica da requerente para arcar com as despesas decorrentes do indigitado registro e de cédula de identidade de estrangeiro, pois irrefutável a sua condição de reconhecidamente pobre, ainda mais quando assistida pela Defensoria Pública da União em Rondônia – DPU (fl. 7).

Nesse contexto, sem que haja a expedição de nova cédula de identidade, estará a autora impedida de permanecer em território nacional, exercer atividade laborativa e o direito de se locomover, a teor do que dispõe o art. 134, § 2º, da Lei n. 6.815/1981 (Estatuto do Estrangeiro).

A Constituição Federal, no seu art. 5º, ao assegurar aos necessitados a prestação de assistência jurídica (inciso LXXIV), a gratuidade do registro civil de nascimento e a certidão de óbito (inciso LXXVI), bem ainda a gratuidade de todos “os atos necessários ao exercício da cidadania” (inciso LXXVII), deixa implícito que ampara a pretensão da autora, mesmo porque “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”. Ora, de pouco adianta à requerente possuir autorização de permanência se não puder efetuar o registro e obter o documento de identidade de estrangeiro.

Logo, a providência pretendida pela autora é absolutamente essencial ao exercício de muitos dos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, razão



Autos de n. 353-74.2012.4.01.4100

por que a ausência de recursos financeiros não pode constituir óbice ao deferimento. Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado:

**"ADMINISTRATIVO. CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO. EXPEDIÇÃO. GRATUIDADE.**

A expedição de cédula de identidade nacional a estrangeiro, no caso deste não ter condições de arcar com o custo de expedição, deve-lhe ser fornecida gratuitamente, porquanto se constitui documento que possibilita o exercício de direitos fundamentais, abstraído o acesso a direitos políticos".

**(TRF-4: REO 200472000096787/SC, Relª. Juíza Federal (conv.) Vânia Herculaneide Almeida, 3ª T., j. 20/02/2006, DJ de 17/5/2006, p. 704).**

A exigência de prévio pagamento de taxas e multas para obtenção de registro e documentos destinados ao pleno exercício de direitos fundamentais à pessoa estrangeira comprovadamente pobre não encontra amparo na ordem constitucional vigente, devendo, assim, ser rechaçada pelo Poder Judiciário.

#### **DISPOSITIVO.**

Ante o exposto, nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão deduzida na inicial para reconhecer o direito da autora ao novo Registro Nacional de Estrangeiro – RNE e à nova Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE em nome de LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO, independentemente do pagamento de taxas e multas, abstendo-se a ré de deportá-la por esse motivo.

Em vista da importância da regularização de estrangeiro em situação irregular no país e considerando a existência de família aqui constituída, com apoio no art. 273, inciso I, do Código de Processo Civil, **DETERMINO** à União que, no prazo de 48 quarenta e oito horas, expeça novo Registro Nacional de Estrangeiro – RNE e nova Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE em nome de LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO, independentemente do pagamento de taxas e multas, oficiando-se a este Juízo o cumprimento da medida determinada.

Fixo multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o caso de descumprimento do preceito, sem prejuízo da resposta criminal e da eventual fixação de multa pessoal ao agente que descumprir a ordem judicial (art. 14, V, c.c. o seu parágrafo único, do CPC).





Autos de n. 353-74.2012.4.01.4100

Deixo de condenar a União ao pagamento dos honorários, tendo em vista a Súmula 421 do STJ (os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença).

Sem condenação ao pagamento de custas judiciais.

Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório (art. 475, I, CPC).

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Porto Velho/RO, 18 de abril de 2013.

  
Wagner Roberto Silva  
Juiz Federal Substituto



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
0000353-74.2012.4.01.4100

67.100.00

## CERTIDÃO

Certifico que foi registrado no Catalogador Virtual de Documentos - e-CVD com Nº 00345.2013.00024100.2.00546/00128, o documento do tipo Sentença, assinado pelo(a) Juiz(a) Federal WAGMAR ROBERTO SILVA, e inserido por servidor(a) DALILA ASTRIDE TAVARES DE ARAÚJO, em 19/04/2013, às 11h54.

Certidão gerada automaticamente pelo sistema e-CVD

## RECEBIMENTO

Recebi estes autos do GABJU da 2ª Vara Federal.

Porto Velho(RO), 19 / 04 / 20

  
Paulo Roberto Martins Munvailer  
Supervisor SEAPA 2ª Vara

TRF1-1ª REGIÃO / IMP.15-02-04

## VISTA

Nesta data, faço vista dos presentes autos ao (a)

União, via AGU, para  
análise de mérito e cumprimento.  
Do que, para constar, lavrei o presente termo.

P. Velho, 19 / 04 / 2013

Aloísio Pereira da Trindade  
Técnico Judiciário

## CARGA

Nesta data estes autos foram retirados com carga  
pela(a) AGU com 52 folhas

P. Velho, 19 / 04 / 13

Charles Raulmont Mota Santana  
Técnico Judiciário

## RECEBIMENTO

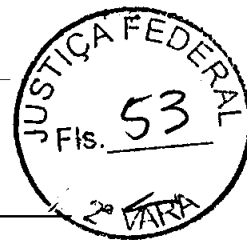
Aos 13 / 05 / 13 recebi estes autos

( ) sem petição ☒ com juntada de petição 52

Charles Mota  
Técnico Judiciário



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA MM. 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO  
JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**Processo:** 353-74.2012.4.01.4100  
**Autor:** LIZ VANESSA AGUILLAR CANIDO  
**Ré:** UNIÃO

UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, por sua Advogada da União infra-assinada, mandato *ex lege*, vem, perante Vossa Excelência, nos autos da ação em epígrafe, informar que já **providenciou o cumprimento da r. sentença** de fls. 47/51, por meio do ofício anexo.

Cumpre mencionar que Delegacia da Polícia Federal está com dificuldades em localizar a parte autora para a coleta de seus dados biográficos. Sendo assim, esta advogada da União, ao localizar os telefones da autora (3236-7399 e 99007109), entrou em contato com o seu marido, sendo informada que a demandante encontrava-se internada em hospital no município de Candeias do Jamari e que logo que deixasse o hospital iria à Polícia Federal para fornecer os dados necessários à expedição dos documentos.

Requer, assim, a intimação da Defensoria Pública da União para que tome ciência do que aqui informado, bem como para que entre em contato com a assistida a fim de instruí-la a comparecer na DRF.

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Velho – RO, 08 de maio de 2013.

**ANÚBIA SECCO GIARETTA**  
Advogada da União

PLA

JUSTIÇA FEDERAL "2ª VARA 10/MAI/2013 16:26 0046224"

00545

/2013

DATA

Hora

## ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

## PROCURADORIA DA UNIAO NO ESTADO DE RONDONIA

Av. Nacoes Unidas, n. 271, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP-76804-970 - Porto Velho/RO  
Fones: (69) 3216-4500, Fax 3229-1298, E-mail: anubia.giaretta@agu.gov.br

OFÍCIO Nº 453/2013/PU/RO-AGU

Porto Velho, 19 de abril de 2013.

Ao Senhor(a)  
Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Rondônia  
Av. Lauro Sodré, 2905  
Porto Velho/RO

CÓPIA

Assunto: Cumprimento de Sentença

Senhor Superintendente,

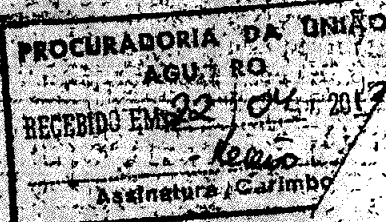
Solicito a Vossa Senhoria, nos termos do Parecer de Força Executória anexo, o  
IMEDIATO CUMPRIMENTO, da r. sentença nos autos do processo nº 353-74.2012-4.01.4100,  
movido por LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO em face da UNIAO.

Na oportunidade, solicito que seja respondido o presente ofício informando o  
cumprimento da referida decisão em até 48 (quarenta e oito) horas, devendo ser anexada  
cópia dos documentos comprobatórios do feito, por meio físico e por e-mail  
"anubia.giaretta@agu.gov.br".

Favor informar na resposta o número do ofício de origem.

Atenciosamente,

ANUBIA SECCO GIARETTA  
Advogada da União







ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



FORÇA EXECUTÓRIA n. 52/AGU/PU-RO

Processo: 353-74.2012.4.01.4100

Trata-se de Ação de rito ordinário, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ajuizada por LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO em face da UNIÃO na qual pleiteia a regularização de sua permanência definitiva no Brasil, mediante a expedição de Registro Nacional de Estrangeiro e a Cédula de Identidade de Estrangeiro, independentemente do pagamento de taxas e multas, bem como se abstenha a ré de deportá-la por esse motivo.

O MM. Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia julgou procedente o pedido autoral no seguinte sentido:

"Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, para reconhecer o direito da autora ao novo Registro Nacional de Estrangeiro - RNE e a nova Cédula de Identidade de Estrangeiro - CIE em nome de LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO, independentemente do pagamento de taxas e multas, abstendo-se a ré de deportá-la por esse motivo".

Em vista da importância da regularização de estrangeiro em situação irregular no país e considerando a existência de família aqui constituída, com apoio no art. 273, inciso I, do Código de Processo Civil, DETERMINO a União que, no prazo de 48 horas, expeda novo Registro Nacional de Estrangeiro - RNE e nova Cédula de Identidade de Estrangeiro - CIE em nome de LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO, independentemente do pagamento de taxas e multas, oficiando-se a este Juízo o cumprimento da medida determinada".

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, deve ser imediatamente expedido novo Registro Nacional de Estrangeiro - RNE e nova Cédula de Identidade de Estrangeiro - CIE em nome de LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO, independentemente do pagamento de taxas e multas.

Porto Velho, 19 de abril de 2013.

ANÚBIA SECCO GIARETTA  
Advogada da União



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA MM. 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA  
DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Processo n. 353-74.2012.4.01.4100  
Autor: LIZ VANESSA AGUILLAR CANIDO  
Ré: UNIÃO

**UNIÃO**, representada pela Procuradoria da União em Rondônia, nos autos do processo em epígrafe, inconformada, *data venia*, com a r. sentença de fls. 47/51, vem a presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 513 e seguintes do Código de Processo Civil, interpor o presente

**RECURSO DE APELAÇÃO**

consubstanciado nas inclusas razões, requerendo que após cumpridas as formalidades legais, sejam os autos encaminhados ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região para apreciação e julgamento do feito.

Termos em que pede deferimento.

Porto Velho - RO, 08 de maio de 2013.

**ANÚBIA SECCO GIARETTA**  
Advogada da União

JUSTIÇA FEDERAL "2ª VARA 10/MAI/2013 16:26 0046223



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



**RECORRENTE: UNIÃO**

**RECORRIDO: LIZ VANESSA AGUILLAR CANIDO**

**PROCESSO N.: 353-74.2012.4.01.4100**

**RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO**

**EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL**

**CONSPÍCUOS JULGADORES**

**I - DOS FATOS**

Trata-se de ação ordinária movida por nacional boliviana objetivando a concessão de visto de permanência, independente do pagamento de taxas e multas, e a abstenção pela autoridade de prática de atos com o objetivo de promover sua deportação.

Alega a apelada que teria ingressado no território nacional há mais de 13 (treze) anos, com seu companheiro. Aduz que requereu administrativamente a regularização de sua estada no território nacional, tendo-lhe sido encaminhado ofício nº 3395/2011-SR-DPF-RO (fl.12v/13) informando a viabilidade de conceder o visto permanente, havendo duas possibilidades para sua regularização.

Diante disso, informa que apresentou o requerimento administrativo de permanência definitiva, devidamente instruído da documentação necessária, com fundamento no art. 75, item II da Lei 6.815/80, ou seja, por prole brasileira. Todavia, alega que teve seu requerimento indeferido de forma verbal, em virtude da ausência de registro dos nomes dos avós maternos nas Certidões de nascimento das filhas, e ainda, e pela ausência de registro recente de entrada no Brasil.

Por fim, aduz que o Setor competente da Polícia Federal a orientou a ingressar com demanda judicial para retificar os assentamentos civis na Certidão de Nascimento das filhas, sendo que somente após a retificação lhe seria concedido o RNE requerido.

A União apresentou contestação nas fls. 33/37.

d





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



A recorrida apresentou réplica nas fls. 41/42.

O MM. Juiz na r. sentença julgou procedente os pedidos aduzidos na inicial, e ainda condenou a União para que expeça o novo Registro Nacional Estrangeiro –RNE e nova Cédula de Identidade de Estrangeiro-CIE, em nome da parte autora. Antecipou os efeitos da tutela jurisdicional, determinando à União a expedição, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, de novo Registro Nacional de Estrangeiro – RNE e nova Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE em nome da parte autora, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Entretanto, a r. sentença deve ser reformada, conforme se demonstrará a seguir.

## II - MÉRITO DO RECURSO

### DA IMPOSSIBILIDADE DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS

A parte recorrida requer isenção do pagamento da taxa cobrada para expedição da Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE e Registro Nacional de Estrangeiros – RNE.

Quanto à possibilidade de isenção do pagamento da taxa cobrada para expedição da Cédula de Identidade de Estrangeiro - CIE, em razão da própria natureza tributária, destaque-se que deveria ser prevista pela mesma via pela qual foi instituída, qual seja, por lei, não sendo permitido ao Estado atentar contra a ordem jurídica, sob pena de ver o ato desconstituído por ilegalidade.

Anote-se que a Lei nº 6.815/80, que define a situação jurídica dos estrangeiros no País, dispõe que a "emissão de documento de identidade, salvo nos casos de asilado ou de titular de visto de cortesia, oficial ou diplomático, está sujeito ao pagamento da taxa", conforme previsto no parágrafo único do art. 33, do citado diploma.

Assim, deve ser observado que conforme o art. 77, do Código Tributário Nacional, as taxas cobradas pela "União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição."



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



A esse respeito, ressalte-se que o recolhimento de taxas para fins de expedição de Registro Nacional de Estrangeiros custeia a atividade administrativa do Estado que, se dispensada, prejudicará toda a cadeia de prestação do serviço ao administrado.

Nesse sentido registre-se que dispõe o art. 176, do Código Tributário Nacional, quanto à obrigatoriedade de cobrança questionada, *verbis*:

Art. 176. A isenção ainda quando prevista em contrato é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Quanto à isenção de tributos, destaque-se ainda os termos do art. 150, § 6º, Magna Carta, *verbis*:

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.

Outrossim, registre-se que o art. 177, inc. I, do CTN, afirma que *"salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria."*

Sobre a matéria em questão, vale citar o entendimento do colendo Tribunal Regional Federal da 3ª região, *in verbis*:

CONSTITUCIONAL - ESTRANGEIRO - ISENÇÃO DE TAXAS - ARTIGO 131 Lei n. 6.815/80. 1. A emissão da segunda via do Registro Nacional de Estrangeiro - RNE e o recebimento de pedido de naturalização demandam o pagamento das taxas indicadas no anexo da Lei n. 6.815/80. 2. Não existe previsão legal para a isenção dessas taxas caso não possa o estrangeiro realizar seu adimplemento. 3. Inaplicáveis, à hipótese, os incisos LXXVI e LXXVII do artigo da Constituição Federal, bem como suas normas regulamentares. 4. Sentença mantida.

(AMS 200561040064188, DESEMBARGADOR FEDERAL MAIRAN MAIA, TRF3 - SEXTA TURMA, DJF3 CJ1 DATA:15/12/2010 PÁGINA: 528.)

Destaque-se, ainda, o voto do Desembargador Relator nos autos da Apelação retro mencionada:

O artigo 131 da Lei n. 6.815/80 e o Decreto-lei n. 2.236/85 preveem a cobrança de taxa para expedição do documento de identidade de estrangeiro.

A taxa, como tributo de acordo com o artigo 3º do Código Tributário Nacional, sujeita-se aos princípios da tipicidade e legalidade, não podendo sua exigibilidade ser suspensa ou dispensada senão em virtude de lei ou ato normativo expedido pela autoridade competente quando a lei o dispuser.

Com efeito, a isenção é produto da implementação de política fiscal e econômica pelo Estado em função do interesse social, de modo que a exclusão legal por ela operada constitui exceção feita por lei à regra jurídica da tributação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



A regra isentiva não permite interpretação ampliativa ou integrativa. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos para a sua concessão, a teor do disposto nos artigos 176 e 177 do Código Tributário Nacional.

Outrossim, não se há de falar em violação aos incisos LXXVI e LXXVII do artigo 5º da Constituição Federal, na medida em que referidos incisos nada mencionam acerca da gratuidade dos serviços postulados pela impetrante. Tampouco, as Leis n. 9.534/97 e 9.265/96 que regulamentaram as referidas normas constitucionais.

Como acentua a sentença:

"Ademais, não cabe invocação pela impetrante do artigo 1º da Lei n. 9.265/96 nem do artigo 5º, incisos LXXVI e LXXVII, da Constituição Federal vigente. Este, por tratar da gratuidade aos reconhecidamente pobres, na forma da lei, do registro civil de nascimento, da certidão de óbito e de todos os atos necessários ao exercício da cidadania.

Quanto à Lei n. 9.256/96, ao regulamentar aquele preceito, não incluiu os documentos requeridos pela impetrante, mesmo porque não poderia fazê-lo em razão do dispositivo constitucional prever quais os documentos sujeitos à isenção."

Ante o exposto, voto por negar provimento à apelação.

**DA IMPOSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA**

A sentença determinou à UNIÃO que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas expeça novo Registro Nacional de Estrangeiro – RNE e nova Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE em nome da apelada, independentemente do pagamento de taxas e multas.

A tutela antecipada concedida na sentença contrariou o artigo 1º e artigo 2º-B da Lei nº 9.494/97, cuja constitucionalidade já se encontra sedimentada pela Corte Suprema na ADC-4/DF, com efeito vinculante a todo o Poder Judiciário.

Dispõem os citados artigos:

Art. 1º. Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992.

Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Embora as Leis nº 4.348/64 e 5.021/66 tenham sido ab-rogadas pela Lei nº 12.016/2009, manteve-se as vedações contidas nos citados diplomas legais. Vejamos:

Lei 12.016/2009



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



Art. 7º

[...]

§ 2º Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

Por sua vez, a Lei n.º 8.437/92, em seus arts. 1º, 3º e 4º, determina que:

Art. 1º. Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.

[...]

§ 3º. Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação.

Art. 4º. Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

*Ipsa facto*, a antecipação dos efeitos da tutela esgota o objeto da ação (art. 1º, § 3º, da Lei n.º 8.437/92), dada a imediata satisfação da pretensão deduzida, o que somente é admissível após o trânsito em julgado.

Percebe-se, assim, com clareza que é juridicamente impossível a concessão de tutela antecipada contra a fazenda pública para efeito de pagamento de vencimentos ou vantagens pecuniárias, razão pela qual deve ser atribuído efeito suspensivo ao recurso interposto.

Por outro lado, o reexame necessário se apresenta como mais um importante óbice à antecipação da tutela. **O texto legal é expresso ao negar eficácia à sentença proferida contra a Fazenda Pública antes do desfecho da devolução obrigatória. Trata-se, portanto, de condição de eficácia da sentença.**

O mestre JOSÉ AFONSO DA SILVA, comentando o artigo 475 do Código de Processo Civil, afirma que *"nesse caso, estamos diante da sentença de eficácia pendente, isto é, pendente de uma confirmação no tribunal"*.

Assim, não cabe antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, pois

2



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



somente o Acórdão é exequível e, enquanto não reexaminado o tema pelo Tribunal, a decisão é ineficaz. A prerrogativa da revisão imposta pelo legislador, não pode ser burlada pela antecipação da tutela.

O tema vem ganhando campo na jurisprudência dos nossos tribunais, conforme decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

Sem dúvida, o instituto da tutela antecipada é incabível contra a Fazenda do Estado. E isso porque as sentenças, quando não favoráveis à Fazenda, devem ser submetidas ao reexame obrigatório, só produzindo efeitos após confirmação pelo Tribunal. Entendimento contrário burlaria a proteção legal do artigo 475 do Código de Processo.

(Agravado de Instrumento no Agravo Regimental nº 49.430-5/9-SP, de 10 de março de 1998, Relator Des. Oetterer Guedes)

O STJ decidiu que o artigo 475 do CPC, que trata o reexame obrigatório, é "*providência imperativa na fase de conhecimento*" (Resp 156.966-SP, Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, DJU 11.05.98).

São indiscutíveis todos os aspectos abordados. O interesse público que inspira os privilégios processuais da Fazenda Pública estaria ferido se fosse admitida a antecipação de tutela.

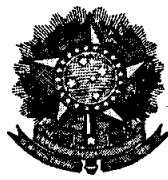
Assim sendo, requer-se que a apelação seja recebida no efeito suspensivo, a fim de não condenar a UNIÃO à obrigação de fazer imediata.

**DO CUMPRIMENTO IMEDIATO DA SENTENÇA QUANTO À OBRIGAÇÃO DE FAZER. FALTA DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE QUANTO À FIXAÇÃO DO PRAZO DE CUMPRIMENTO. DA IMPOSSIBILIDADE DE COMINAÇÃO DE MULTA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA**

Não acolhida a alegação de impossibilidade de antecipação de tutela em face da Fazenda Pública, o que se faz apenas a título de precaução, passa-se a discorrer acerca da falta de proporcionalidade na fixação do prazo para cumprimento, bem como da impossibilidade de fixação de astreintes contra o Poder Público.

O prazo fixado pelo juízo a quo para cumprimento da obrigação de fazer mostrou-se exíguo, insuficiente e desproporcional em virtude da sua incompatibilidade com a sistemática de atuação dos órgãos públicos.

d



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



É cediço que, para o fiel cumprimento das decisões judiciais, a União depende da adoção de inúmeras e sequenciais providências administrativas inerentes à Administração Pública.

Tem-se, pois, que não se pode atribuir eventual demora no cumprimento do *decisum* à má-vontade da União para com as ordens emanadas do Judiciário, tampouco ao desleixo de seus agentes. Ao contrário, todos os órgãos dão prioridade e imprimem celeridade no atendimento dos comandos judiciais. Não poderiam, contudo, em nome dessa prioridade, ignorar ou violar os procedimentos normais da Administração Pública, instituídos para preservar o patrimônio público e para dar maior segurança aos atos estatais.

Essa peculiaridade dos órgãos públicos, de que decorre a impossibilidade de cumprimento imediato de algumas decisões judiciais, resultante, por seu turno, da necessária submissão aos trâmites administrativos legais, tem sido reconhecida pelos Tribunais Pátrios como obstáculo inafastável à imposição de multa diária por descumprimento de ordem judicial.

Ademais, a **mais abalizada jurisprudência reconhece a impossibilidade de se fixar multa diária contra a Fazenda Pública**, pela própria natureza jurídica da pena pecuniária, que tem por escopo constranger o devedor a cumprir, efetivamente, a obrigação de fazer.

Com efeito, a finalidade da multa afasta, por si mesma, a sua aplicabilidade na execução contra a Fazenda Pública. Isso porque o ente público não deixa de cumprir uma ordem judicial por conta de injustificada resistência ou retaliação para com a parte *adversa*. Esses sentimentos, típicos da pessoa humana, são os verdadeiros alvos da multa em sede de cumprimento de obrigação de fazer.

Ora, não se concebe que tais motivações possam imprimir a conduta da Administração, que se rege, dentre outros, pelo princípio da impessoalidade (art. 37, caput da Magna Carta).

Desta forma, *data vênia*, **não se pode admitir a utilização de um instrumento processual para constranger a Fazenda Pública, pela força da pecúnia, não a cumprir um julgado, mas a fazê-lo num prazo específico que, nas mais das vezes, é incoerente com a realidade administrativa.**

2



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



Outrossim, denota-se ser inaplicável em relação à União as regras dos artigos 461, § 4º, haja vista a lide versar acerca de OBRIGAÇÃO DE FAZER, onde não é compatível a cominação de multa diária.

É importante frisar que a União já tomou as providências para o efetivo cumprimento da determinação judicial imposta, conforme se constata da análise do ofício acostado aos autos.

Além do mais, imprescindível reportar à Colenda corte que a UNIÃO, em momento algum resistiu ao cumprimento da obrigação de reformar a parte autora nas Forças Armadas nos termos da decisão judicial. **Todavia, não é possível o cumprimento da referida decisão em prazo tão exíguo quanto o fixado pelo nobre magistrado.**

Ora, Excelências, a UNIÃO já tomou as providências para o efetivo cumprimento da decisão judicial que lhe competia.

Diante destes fatos, nos ensina Humberto Theodoro Júnior:

“A imposição, bem como, a exigibilidade da multa pressupõem ser factível o cumprimento da obrigação em sua forma originária. Comprovada a impossibilidade da realização da prestação in natura, mesmo por culpa do devedor, não terá mais cabimento a exigência da multa coercitiva. Sua finalidade não é, na verdade, punir, mas basicamente obter a prestação específica. Se isso é inviável, tem o credor de contentar-se com o equivalente econômico.” (Curso de Direito Processual Civil – Vol. II – 36ª Edição – Ed. Forense – RJ – 2004 P.159)

A propósito menciona-se, litteris:

PREVIDENCIÁRIO. SUSPENSÃO DE BENEFÍCIO. INOBSERVÂNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. FIXAÇÃO DE MULTA. UNIÃO. NÃO CABIMENTO. 1. A suspensão ou cancelamento de benefício previdenciário por suspeita de fraude pressupõe, necessariamente, prévio e regular procedimento administrativo, no qual seja assegurado ao beneficiário o direito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal; 2. Não restando comprovada nos autos a oportunidade de defesa da autora, ora apelada, através de processo administrativo antes do cancelamento do benefício, ilegal a sua suspensão; 3. **A natureza das astreintes e sua finalidade de influir no ânimo do devedor a torna instrumento incompatível com as execuções contra a fazenda pública;** 4. apelação improvida e remessa oficial parcialmente provida. (TRF – 5 Região – AC 283849 – UF: SE – Data DJU: 07/05/2004 P. 1129 – Relator: Juiz Paulo Roberto de Oliveira Lima)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA ANTECIPADA. CONCESSÃO. IMPOSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. UNIÃO. DESCABIMENTO. 1. **A natureza das astreintes e sua finalidade de influir no ânimo do devedor a torna instrumento incompatível com as execuções contra a fazenda pública;** 2. Correta a determinação da apresentação pela união, no prazo de 20 (vinte) dias, das fichas financeiras dos autores, mês a mês; 3. agravo de instrumento parcialmente provido. ( TRF – 5 Região – Segunda Turma – AG –

d



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



43593 – UF: PE – Data DJU: 07/04/2004 P. 312 – Relator Paulo Roberto de Oliveira Lima)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNIÃO FEDERAL. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ASTREINTES. OBRIGAÇÃO DE FAZER. INCABIMENTO. DECISÃO DO STF ADC 4-6/97. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA IMPOSSIBILIDADE. Hipótese onde se busca o afastamento da cobrança de multa à união - astreintes - face o não cumprimento de obrigação de fazer, in casu, nomeação, posse e exercício do agravado no cargo de policial rodoviário federal. Incabível tal imposição face limitação ao poder de propriedade do estado e à sua própria economia, refletindo em sua capacidade de prestação do serviço público. Doutro modo, acrescente-se ainda a decisão do supremo tribunal federal, proferida na adc 4-6/97, com efeito vinculante, segundo a qual não se concederá provimento antecipado contra a fazenda pública. Agravo provido. (TRF- 5 Região – Segunda Turma – AG – 25977 – UF: AL – Data DJU: 01/08/2000 – P. 245 – Relator: Des. Petrucio Ferreira)

Diante do exposto, considerando serem inaplicáveis em relação à União as regras dos artigos 461, § 4º, pugna a União pelo provimento do recurso para, reformando a sentença do juízo *a quo*, revogar a multa aplicada, bem como estabelecer prazo razoável ao cumprimento da obrigação de fazer, com fundamento nos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade.

#### IV - DO PEDIDO

Pelo exposto, requer:

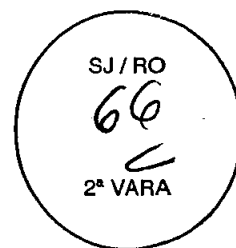
- a) Seja **o recurso recebido no duplo efeito**, em especial no que tange à antecipação dos efeitos da tutela (obrigação de fazer sob pena de incidência de multa diária);
- b) Em não sendo o recurso recebido no duplo efeito, seja, ao menos, fixado prazo razoável para o cumprimento da obrigação e revogada a multa aplicada;
- c) o provimento do recurso para reformar a r. sentença do Juízo *a quo*, **julgando-se improcedente** o pedido autoral.

Porto Velho - RO, 08 de maio de 2013.

**ANÚBIA SECCO GIARETTA**  
Advogada da União

PLA





**EM BRANCO**

## JUNTADA

Nesta data faço juntada aos autos do(a):

( ) Carta Precatória nº \_\_\_\_\_

( ) Contestação \_\_\_\_\_

( ) Mandado(s) nº \_\_\_\_\_

(x) Ofício(s) nº 1237/13-SR/DPF/RO

(x) Petição da parte ré

( ) \_\_\_\_\_

Porto Velho, 03/06 / 2013

Charles Mota  
Técnico Judiciário

49



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

Av. Lauro Sodré, 2905, Costa e Silva, Porto Velho/RO - 76.802-449 - Fone: 69 3216-6200

Ofício nº 1237/2013 - SR/DPF/RO

Porto Velho/RO, 13 de maio de 2013.

Ao Sua Excelência, o Senhor  
MM.Juiz Wagmar Roberto Silva

Juiz Federal substituto da - 2ªVJF/RO  
PORTO VELHO/RO.

Assunto: Ref.: Autos 353-74.2012.4.01.4100

Senhor Juiz,

Comunico a Vossa Excelência que, conforme determinado na decisão de fls.47/51, proferida nos Autos em referência, foi encaminhado à Divisão de Cadastro e Registro de Estrangeiro - DICRE/CGPI/DPF-DF, processo instruído para expedição de Cédula de Identidade de Estrangeiro - CIE, em favor de LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO, consoante protocolo nº 08475.011310/2013-16 e respectivo despacho nº 60/2013-DELEMIG/SR/DPF/RO. Segue anexa, cópia do expediente.

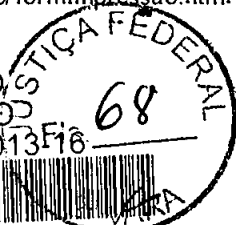
Respeitosamente,

  
JOB ROCHA PEREIRA  
Delegado de Polícia Federal  
3ª Classe - Matrícula nº 2.777

fls. 1 / 1



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SIAPRO  
SR/DPF/RO3  
08475.011310/2013F16ORGÃO REGIONAL  
3034041812

RNE

DEFEQUENTE, RNE DO RESPONSÁVEL

INCLUSO

1 - NOME ATUAL COMPLETO

LIZ VANESA AGUILAR CANIDO

2 - NOME ANTERIOR COMPLETO

LIZ VANESA AGUILAR CANIDO

3 - NOME DO PAI COMPLETO

RENE AGUILAR

4 - NOME DA MÃE COMPLETO

IGNACIA CANIDO

5 - SEXO

FEMININO

6 - DATA DE NASCIMENTO

25/09/1978

7 - ESTADO CIVIL

SOLTEIRA

8 - CIDADE DE NASCIMENTO

SAN IGNACIO

9 - PAÍS DE NASCIMENTO

BOLIVIA

10 - CÓDIGO

3026

11 - PAÍS DE NACIONALIDADE

BOLIVIA

12 - CÓDIGO

3026

13 - OCUPAÇÃO PRINCIPAL

DO LAR

14 - CÓDIGO

957

15 - CPF

16 - LOCAL DE ENTRADA

PORTO VELHO

17 - UF

RO

18 - DATA DE ENTRADA

18/04/2013

19 - MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO

OUTROS

20 - NÚMERO DO VISTO

21 - DATA DA CONCESSÃO

22 - CIDADE EM QUE FOI CONCEDIDO

23 - PAÍS EM QUE FOI CONCEDIDO

24 - CÓDIGO

25 - TIPO DE DOCUMENTO DE VIAGEM

CARTEIRA DE IDENTIDADE

26 - NÚMERO DO DOCUMENTO DE VIAGEM

5394088

27 - PAÍS EXPEDIDOR DO DOCUMENTO DE VIAGEM

BOLIVIA

28 - CÓDIGO

3026

29 - AMPARO LEGAL DO UDE

DECISÃO JUDICIAL

30 - CONDIÇÕES ESPECIAIS

31 - ESTABELECIMENTO COMERCIAL/ESTUDANTIL

32 - ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO

33 - ENDEREÇO COMERCIAL COMPLETO

RUA DA BEIRA 227-BR 364-JACY PARANA-PVH/RO-CEP.76800-000

34 - TELEFONE RESIDENCIAL

35 - TELEFONE COMERCIAL

9602.0569

36 - TELEFONE CELULAR

9900.7108

37 - E-MAIL

38 - OBSERVAÇÕES

39 - DECLARAÇÃO

DECLARO QUE RESPONDEREI, A QUALQUER TEMPO, PELA AUTENTICIDADE DOS DADOS POR MIM FORNECIDOS E TRANSCRITOS NESTE FORMULÁRIO.

CIDADE

PORTO VELHO

DATA

06/05/13

ASSINATURA DO REQUERENTE OU RESPONSÁVEL

40 - CONFERENTE

CARIMBO / ASSINATURA / DATA

41 - RESPONSÁVEL PELO DEFERIMENTO

CARIMBO / ASSINATURA / DATA

POLEGAR

FOTO 3x4



ASSINATURA



**CÓPIA COLORIDA**

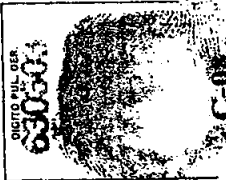
REPÚBLICA DE BOLIVIA  
CEDULA DE IDENTIDAD



5394088

Serie 43444

Secc. 44444



03030

No. 5394088 de SANTA CRUZ  
S. Ignacio, 12 de Febrero de 20 09  
Válida hasta el 12 de Febrero de 20 15

*[Signature]*  
FIRMA DEL INTERESADO



**AUTENTICAÇÃO**  
TAB. DE NOTAS E REG. CIVIL  
CERTIFICO que a presente cópia confere com  
o original apresentado. Dou fé.  
Fórmula 323-6462

02 MAI 2013

Emol: 1,86 - Cust: 0,37 - Selo: 077  
Jivani Cardoso Cândido da Oliveira-Tab  
Mariana Claudia Cordero Mesquita-Esc. Aut.

LA DIRECCION NAL. DE IDENTIFICACION PERSONAL	CERTIFICA: Que la firma, fotografía e impresión pertenece	A:	LIZ VANESA AGUILAR	CANIDO	Nacido el	25 Septiembre 1978	En	S. Ignacio-Velasco	Estado civil	Soltero	Profesión	Estudiante	Donjorno
--	---	----	--------------------	--------	-----------	--------------------	----	--------------------	--------------	---------	-----------	------------	----------

ELECCIONES NACIONALES  
RTR  
2  
3  
4  
5



# CERTIFICADO DE NACIMIENTO

Se halla inscrito el nacimiento de:

SERIE C - 2011

NOMBRES Y APELLIDOS DEL INSCRITO

~~R-52-60~~  
Bs. 29.-

Lugar de Nacimiento: Santa Cruz Velasco San Ignacio  
Departamento Provincia Localidad

25 septembre

## Femenino

Fecha de Nacimiento: veinticinco de septiembre de mil novecientos sesenta y ocho

RENE AGUIAR

NOMBRES Y APELLIDOS DEL PADRE

IGNACIA CANIDO

NOMBRES Y APELLIDOS DE LA MADRE

№ 993497

Nota aclaratoria: COPIA DEL LIBRO  
CORREGIDO S/ART.10 RES.284/05 C.N.E.

LUGAR Y FECHA DE EMISIÓN	LOCALIDAD	DÍA	MES	AÑO
	Santa Cruz	8	febrero	2012

339201



Aboq. Vania Unzueta Cabrera  
Oficialia Computarizada de  
Registro Civil No. 4107  
SELLO, NOMBRE Y FIRMA DEL  
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL

Form. R-62

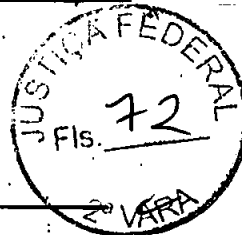
Este certificado queda NULO si en él se hubieran hecho raspaduras, borrones o enmiendas.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA  
2ª VARA FEDERAL

Fl. 47



Autos de n. 353-74.2012.4.01.4100

CLASSE N. 1900 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

Autor : Liz Vanessa Aguilar Canido

Réu : União

Sentença Tipo "B" - Repetitiva – Resolução n. 535/2006-CJF

**SENTENÇA**

Trata-se de ação de rito ordinário, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ajuizado por **LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO**, qualificada nos autos, através da Defensoria Pública da União em Rondônia – DPU, contra a **UNIÃO**, objetivando a regularização de sua permanência definitiva no Brasil, mediante a expedição de Registro Nacional de Estrangeiro e a Cédula da Identidade da Estrangeiro, independentemente do pagamento de taxas e multas, bem como se abstenha a ré de deportá-la por esse motivo.

Narra e autora que é boliviana e imigrou para o Brasil há 13 (treze) anos, juntamente com seu companheiro, vindo a nascer suas duas filhas em território nacional.

Alaga que requereu administrativamente a regularização de sua estadia no país, porém o pleito foi indeferido verbalmente em razão da ausência dos nomes dos avós maternos nas cartidões de nascimento das filhas, bem como pela não comprovação do registro recente de entrada no Brasil.

Sustenta que não ostenta condições mínimas de arcar com os valores das taxas exigidas para expedição do Registro Nacional de Estrangeiros – RNE e da Carteira de Identidade de Estrangeiro – CIE, necessários para a permanência em território nacional.

Inicial instruída com documentos (fls. 8/13).

Emenda à Inicial (fls. 18/28).

Decisão indeferindo o pedido antecipatório (fls. 30/31).

A União apresenta contestação alegando, em preliminar, a carência da ação por falta de interesse processual, pois não houve requerimento administrativo.

No mérito, sustenta a impossibilidade de isenção do pagamento das taxas para expedição da Carteira de Identidade de Estrangeiro – CIE e do Registro Nacional de Estrangeiros – RNE em razão de sua natureza tributária, o que impõe que a isenção também esteja prevista na lei que instituiu a cobrança, não lhe socorrendo na Lei n.





Autos de n. 353-74.2012.4.01.4100

6.815/1980, a qual apenas isenta do pagamento os casos estrangeiro asilado, o titular de visto de cortesia e o oficial ou diplomático.

Pugna, ao final, pela improcedência dos pedidos.

Juntada da certidão de nascimento de estrangeiro à fl. 39.

Réplica (fls. 41/42).

Sem produção de provas.

É o relatório. Decido.

### FUNDAMENTAÇÃO.

A preliminar de carência da ação por falta de interesse processual em razão da inexistência de ato administrativo denegatório do pedido e visto permanente não merece acolhida.

Ainda que só com o ajuizamento da presente ação (18/02/2012) a demandante tenha veiculado a sua pretensão de obter a regularização de sua estadia no Brasil e, conseqüentemente, a expedição da Carteira de Identidade de Estrangeiro - CIE e do Registro Nacional de Estrangeiros - RNE, independentemente do pagamento das respectivas taxas, entendo que a ausência de prévio requerimento administrativo nesse sentido foi suprido com o oferecimento da contestação pela União, na qual veiculou resistência aos pleitos autorais.

Portanto, caracterizado o interesse processual da parte autora pela resistência da União aos pedidos deduzidos na inicial.

Passo ao mérito.

A demanda subsume-se à isenção de taxas e multas para obtenção do Registro Nacional de Estrangeiro - RNE e da Cédula de Identidade de Estrangeiro - CIE.

O objeto debatido nos autos deve ser analisado sob os auspícios do princípio da dignidade da pessoa humana e da interpretação sistemática do ordenamento jurídico que diz respeito às garantias fundamentais dos cidadãos.

Embora ausante norma legal específica aplicável ao caso em análise, sou pelo deferimento do pleito, com amparo na interpretação sistemática das regras inseridas na Constituição Federal, as quais consagram entre as garantias fundamentais dos cidadãos, sejam eles nacionais ou estrangeiros residentes no Brasil, o direito à vida e ao trabalho, bem como a proteção à família pelo Estado (arts. 5º, 6º, 193 e 226).



Autos de n. 353-74.2012.4.01.4100

Além disso, o art. 4º da Lei de Introdução ao Código Civil autoriza o julgador a decidir, nos casos de omissão da lei, de acordo com a analogia e os princípios gerais de direito, mostrando-se esses aplicáveis à situação versada nos autos, mormente diante da finalidade social a ambasar o pedido, uma vez que a Magna Carta assegura, aos reconhecidamente pobres, a gratuidade do registro civil, da certidão de óbito e da assistência jurídica integral.

No caso concreto, a nacionalidade estrangeira da autora se encontra suficientemente demonstrada pelos documentos de fls. 19/20, 23/27 e 39, bem como a existência de domicílio no Brasil (em Trinlo, Distrito do Município de Candeias do Jamary/RO), além das certidões de nascimento de duas filhas, nascidas em solo brasileiro nos anos de 2000 e 2003 (fls. 10).

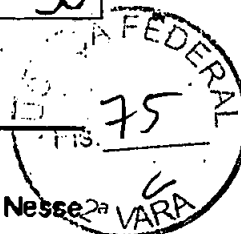
Anoto que a circunstância de não constar os nomes dos avós maternos nas referidas certidões de nascimento das menores já se encontre superada em razão da apresentação da certidão de nascimento original de mãe (ora autora), com cópia à fl. 39, o que autoriza a correção e inclusão no cartório correspondente.

Comprova-se, também, a aludida insuficiência econômica da requerente para arcar com as despesas decorrentes do indigitado registro e de cédula de identidade de estrangeiro, pois irrefutável a sua condição de reconhecidamente pobre, ainda mais quando assistida pela Defensoria Pública da União em Rondônia - DPU (fl. 7).

Nesse contexto, sem que haja a expedição de nova cédula de identidade, estará a autora impedida de permanecer em território nacional, exercer atividade laborativa e o direito de se locomover, a teor do que dispõe o art. 134, § 2º, da Lei n. 6.815/1981 (Estatuto do Estrangeiro).

A Constituição Federal, no seu art. 5º, ao assegurar aos necessitados a prestação de assistência jurídica (inciso LXXIV), a gratuidade do registro civil de nascimento e a certidão de óbito, (inciso LXXVI), bem ainda a gratuidade de todos "os atos necessários ao exercício da cidadania" (inciso LXXVII), deixa implícito que ampara a pretensão da autora, mesmo porque "as normas delimitadoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata". Ora, de pouco adianta à requerente possuir autorização de permanência se não puder efetuar o registro e obter o documento de identidade de estrangeiro.

Logo, a providência pretendida pela autora é absolutamente essencial ao exercício de muitos dos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, razão



Autos de n. 353-74.2012.4.01.4100

por que a ausência de recursos financeiros não pode constituir óbice ao deferimento. Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado:

"ADMINISTRATIVO. CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO. EXPEDIÇÃO. GRATUIDADE.

A expedição de cédula de identidade nacional a estrangeiro, no caso deste não ter condições de arcar com o custo de expedição, deve-lhe ser fornecida gratuitamente, porquanto se constitui documento que possibilita o exercício de direitos fundamentais, abstraído o acesso a direitos políticos".

(TRF-4: RED 200472000096787/SC, Relª. Juíza Federal (conv.) Vânia Hack de Almeida, 3ª T., j. 20/02/2006, DJ de 17/5/2006, p. 704).

A exigência de prévio pagamento de taxas e multas para obtenção de registro e documentos destinados ao pleno exercício de direitos fundamentais à pessoa estrangeira comprovadamente pobre não encontra amparo na ordem constitucional vigente, devendo, assim, ser rechaçada pelo Poder Judiciário.

#### DISPOSITIVO.

Ante o exposto, nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão deduzida na inicial para reconhecer o direito da autora ao novo Registro Nacional de Estrangeiro – RNE e à nova Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE em nome de LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO, independentemente do pagamento de taxas e multas, abstendo-se a ré de deportá-la por esse motivo.

Em vista da importância da regularização de estrangeiro em situação irregular no país e considerando a existência de família aqui constituída, com apoio no art. 273, inciso I, do Código de Processo Civil, **DETERMINO** à União que, no prazo de 48 quarenta e oito horas, arpeça novo Registro Nacional de Estrangeiro – RNE e nova Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE em nome de LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO, independentemente do pagamento de taxas e multas, oficiando-se a este Juízo o cumprimento da medida determinada.

Fixo multa diária de R\$ 500.00 (quinhentos reais) para o caso de descumprimento do preceito, sem prejuízo da resposta criminal e da eventual fixação de multa pessoal ao agente que descumprir a ordem judicial (art. 14, V, c.c. o seu parágrafo único, do CPC).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA  
2ª VARA FEDERAL

Pl. 51



Autos de n. 353-74.2012.4.01.4100

Deixo de condenar a União ao pagamento dos honorários, tendo em vista a Súmula 421 do STJ (os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença).

Sem condenação ao pagamento de custas judiciais.

Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório (art. 475, I, CPC).

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Porto Velho/RO, 18 de abril de 2013.

Wagner Roberto Silva  
Juiz Federal Substituto



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA NO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Processo:** 353.74.2012.4.01.4100  
**Autor:** Liz Vanessa Aguilar Canido  
**Ré:** União

**UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, por sua Advogada da União infra-assinada, mandato *ex lege*, vem, perante Vossa Excelência, nos autos da ação em epígrafe, informar que já providenciou o cumprimento da r. decisão, conforme cópia do expediente oriundo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia/MJ (anexo).

Porto Velho, 17 de maio de 2013

  
**ANÚBIA SECCO GIARETTA**  
Advogada da União

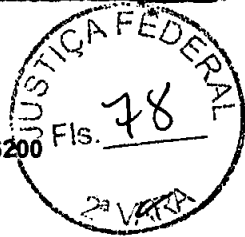
JUSTICA FEDERAL "2ª VARA 23/MAI/2013 16:45 0046702



ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	
00040	00 1025 20, ...
Data	...

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

Av. Lauro Sodré, 2905, Costa e Silva, Porto Velho/RO - 76.802-449 - Fone: 69 3216-6200



Ofício nº 1238/2013 - SR/DPF/RO

Porto Velho/RO, 13 de maio de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor  
Chefe da Advocacia Geral da União no Estado do Rondônia  
PORTO VELHO/RO

Assunto: Comunicação (faz)

Senhor Advogado,

Em atenção ao Ofício nº 453/2013/PU/RO-AGU, encaminho a Vossa Senhoria cópia do Ofício 1237/2013-SR/DPF/RO para conhecimento.

Atenciosamente,

  
JOB ROCHA PEREIRA  
Delegado de Polícia Federal  
3ª Classe - Matrícula nº 2.777



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA**

Av. Lauro Sodré, 2905, Costa e Silva, Porto Velho/RO - 76.802-449 - Fone: 69 3216-6200

Ofício nº 1237/2013 - SR/DPF/RO

Porto Velho/RO, 13 de maio de 2013.

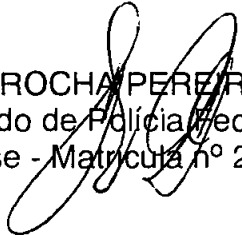
Ao Sua Excelência, o Senhor  
MM.Juiz Wagmar Roberto Silva  
Juiz Federal substituto da - 2ªVJF/RO  
PORTO VELHO/RO.

Assunto: Ref.: Autos 353-74.2012.4.01.4100

Senhor Juiz,

Comunico a Vossa Excelência que, conforme determinado na decisão de fls.47/51, proferida nos Autos em referência, foi encaminhado à Divisão de Cadastro e Registro de Estrangeiro - DICRE/CGPI/DPF-DF, processo instruído para expedição de Cédula de Identidade de Estrangeiro - CIE, em favor de LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO, consoante protocolo nº 08475.011310/2013-16 e respectivo despacho nº 60/2013-DELEMIG/SR/DPF/RO. Segue anexa, cópia do expediente.

Respeitosamente,

  
JOB ROCHA PEREIRA  
Delegado de Polícia Federal  
3ª Classe - Matrícula nº 2.777



## VISTA

Nesta data, faço vista dos presentes autos ao (a)

DPU para ciência da Sentença  
proferida as fls. 47/51

Do que, para constar, lavrei o presente termo.

Porto Velho - RO, 07 / 08 / 2013

Astra Astride

**Astra Astride Tavares de Araújo**  
Analista Judiciária

## CARGA

Nesta data estes autos foram retirados com carga

de (a) DPU com 80 folhas

P. Velho, 07 / 08 / 13

Charles Raylmont Mota Santana  
Técnico Judiciário

Defensoria Pública da União em Rondônia

Recebido em

Data 07 / 08 / 13

Assinatura [assinatura]

M.M. Luiz

ciente da sentença  
de proclamação (fls. 47/51).

Seguem contramemo.

PVH 20/08/2013.

Luiz

**Mariana Döering Zamprogna**  
Defensora Pública Federal



RECEBIMENTO

Aos 21/08/13 recebi estes autos  
( ) sem petição ☒ com juntada de petição

*Charles Mota*  
Tribunal do Juiz



**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL E PREVIDENCIÁRIO**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA SEGUNDA VARA DA  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA.**

**Processo nº 353-74.2012.4.01.4100**

**PAJ 2010/008.02339**



**LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO**, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da Defensoria Pública da União, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao Recurso de Apelação interposto pela **UNIÃO**, consoante razões em apenso, pelo que requer seja conferido o regular processamento e remessa ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Nestes Termos,

Aguarda Deferimento.

Porto Velho/RO, 20 de agosto de 2013.

  
**MARIANA DÖERING ZAMPROGNA**  
**Defensora Pública Federal**

JUSTICA FEDERAL "2ª VARA 21/AGO/2013 15:59 0051035"



**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL E PREVIDENCIÁRIO**

---

**CONTRARRAZÕES DE RECURSO**

**Processo 353-74.2012.4.01.4100**

**Autor: LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO**

**Réu: UNIÃO FEDERAL**

**EGRÉGIO TRIBUNAL,**

**DOUTO RELATOR!**

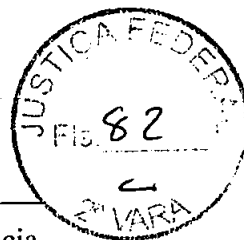
**I - RESUMO DA LIDE**

A recorrida é boliviana e mora em Triunfo, Distrito do Município de Candeias do Jamari/RO, onde construiu família, há mais de treze anos (vive em união estável e possui duas filhas nascidas em território brasileiro).

Diante disso, no ano 2010 requereu à Polícia Federal de Rondônia o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE, que foi indeferido verbalmente sob a alegação de falta dos documentos (ausência de registro dos nomes dos avós maternos nas certidões de nascimento de suas filhas, bem como pela ausência de registro recente de sua entrada no Brasil). Essa recusa motivou o ingresso na via judicial.



**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL E PREVIDENCIÁRIO**



Ademais, em face das dificuldades financeiras para subsistência, requereu também a **isenção do pagamento das taxas cobradas para expedição dos documentos de regularização no país.**

Na sentença de fls. 47/51, o juiz *a quo* reconheceu o direito à expedição do RNE com isenção do pagamento de taxas, nos seguintes termos:

[...] Ante o exposto, nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, **julgo procedente** a pretensão deduzida na inicial para reconhecer o direito da autora ao novo Registro Nacional de Estrangeiro – RNE e à nova Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE em nome de LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO, independentemente do pagamento de taxas e multas, abstendo-se a ré de deportá-la por esse motivo [...].

Inconformada com a r. sentença, a União Federal apresentou Recurso de Apelação, arguindo em síntese a) a impossibilidade de isenção do pagamento das taxas, b) impossibilidade de deferimento de tutela antecipada contra a Fazenda Pública.

No entanto, tais argumentos não merecem ser acolhidos.

## **II – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA**

### **a) Da possibilidade de isenção do pagamento das taxas**

A isenção de taxas para estrangeiro que pretende permanecer no Brasil é perfeitamente possível. Prevê o artigo 11, inciso I, do Pacto de São José da Costa Rica: *“Toda pessoa tem direito ao respeito da sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade”*.

Desse modo, a negativa em conceder a isenção de taxas para o estrangeiro hipossuficiente que visa regularizar-se no país fere o princípio da dignidade da pessoa humana, pois o coloca em condição de clandestinidade. Além disso, a



**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL E PREVIDENCIÁRIO**

cobrança desarrazoada das taxas de regularização, sem previsão de isenção para pessoas hipossuficientes, se mostra ofensiva ao princípio da razoabilidade.

No tocante aos direitos fundamentais, a Carta Magna assegura aplicabilidade tanto a brasileiros quanto a estrangeiros residentes no País.

Nessa diretriz, Paulo Bonavides leciona:

A nova universalidade procura, enfim, subjetivar de forma concreta e positiva os direitos da tríplice geração na titularidade de um indivíduo que antes de ser o homem deste ou daquele país, de uma sociedade desenvolvida ou subdesenvolvida, é pela sua condição de pessoa um ente qualificado por sua pertinência ao gênero humano, objeto daquela universalidade.

Neste sentido, cite-se o posicionamento do TRF4:

**ADMINISTRATIVO. AFASTAMENTO DA EXIGÊNCIA DE DESPESAS NECESSÁRIAS À CONCESSÃO DO REGISTRO, DA PRORROGAÇÃO DE PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO NACIONAL E DA EXPEDIÇÃO DA CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO DO AMPARO MANDAMENTAL. Declarada a condição de estudante em universidade pública federal e sendo-lhe vedada, pela natureza de seu ingresso no país, atividades remuneradas, é por demais demonstrado que a cobrança das taxas onera em demasia o orçamento reduzidíssimo de manutenção de um estrangeiro no país. (TRF4, APELREEX 2008.71.00.018520-9, Quarta Turma, Relator Valdemar Capeletti, D.E. 15/03/2010).**

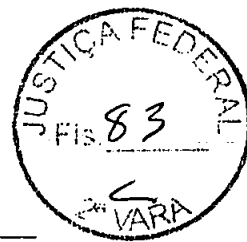
A autora demonstra boa-fé no desejo de estar em consonância com a lei brasileira, porém, o que a impede são meras questões financeiras.

É válido ressaltar que a estadia regular no país, com a devida emissão dos documentos, faz-se necessária para o gozo de todos os atos da vida civil. Dessa forma, aumentariam suas chances de se inserir no mercado regular de trabalho.

Nesse contexto, os valores das atuais taxas cobradas para regularização comprometem a renda da apelada, visto que se encontra desempregada. Não obstante, o indeferimento da gratuidade impede o acesso aos serviços públicos essenciais.



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA  
PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL E PREVIDENCIÁRIO



**a) Da possibilidade de deferimento de tutela antecipada contra a Fazenda Pública**

O Constituinte de 1988 foi incisivo ao dispor, no art. 5º, inciso XXXV: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

Desse modo, o direito fundamental à tutela jurisdicional adequada se sobrepõe a meras restrições legais. É necessário fazer uma ponderação entre os bens protegidos pela norma constitucional. Afinal, a autora não pode ficar à mercê da demora na tramitação processual, permanecendo sem qualquer amparo estatal.

Ainda nesse passo, citam-se as lições de MAURO CAPPELLETTI:

[...] a demora excessiva é fonte de injustiça social porque o grau de resistência do pobre é menor do que o grau de resistência do rico; este último, e não o primeiro, pode, sem dano grave, esperar uma justiça lenta. [...] (CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988, grifou-se).

Sendo assim, correta a sentença que reconheceu o perigo de dano que a demora na expedição dos documentos causaria à parte autora.

Diante dos argumentos tecidos, não merece qualquer reparo a sentença guerreada, devendo ser negado provimento ao recurso interposto pela União Federal.

**III – PEDIDOS**

Ante o exposto, requer-se:

- a) A concessão do benefício da Justiça Gratuita, visto que a apelada não tem condições de arcar com custas e despesas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família;
- b) No mérito, seja **negado provimento ao recurso** interposto pela União Federal, mantendo-se integralmente a sentença *a quo*.



**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PRIMEIRO OFÍCIO CÍVEL E PREVIDENCIÁRIO**

---

Nestes Termos,

Aguarda Deferimento.

Porto Velho/RO, 20 de agosto de 2013.

  
**MARIANA DÖERING ZAMPROGNA**  
**Defensora Pública Federal**



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA  
2ª VARA FEDERAL**

FL. 24

Autos nº 353-74.2012.4.01.4100

**CONCLUSÃO**

Faço os presentes autos conclusos.  
Porto Velho, 07 de outubro de 2013.

*Dalila Astride*  
Dalila Astride Tavares de Araújo  
Supervisora da SEPOD da 2ª Vara

**DESPACHO**

**RECEBO** o recurso de apelação interposto pela União, fls. 56/65, nos efeitos suspensivo e devolutivo.

**CONSIDERANDO** que a autora já apresentou as contrarrazões, **REMETAM-SE** os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Cumpra-se.

Porto Velho, 07 de outubro de 2013.

*Flávio Fraga e Silva*  
**FLÁVIO FRAGA E SILVA**  
Juiz Federal Substituto no exercício da  
Titularidade Plena da 2ª Vara

**RECEBIMENTO**

Aos 14 / 10 / 2013, nesta cidade de Porto Velho/RO, recebi estes autos.

*Dalila Astride*  
Dalila Astride Tavares de Araújo  
Supervisora da SEPOD da 2ª Vara





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
2ª VARA FEDERAL**

Autos nº. 353-74.2012.4.01.4100

**TERMO DE REMESSA**

Nesta data, faço remessa dos presentes autos ao **Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.**

Porto Velho, 14/10/2013.

  
Charles Raulmont Mota Santana  
Técnico Judiciário



PCTT. 092.02.006-B

85  
P

PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

**TERMO DE RECEBIMENTO, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO**

Estes autos foram recebidos, registrados, autuados e a seguir distribuídos por processamento informatizado, de acordo com as normas regimentais, na data e com as observações abaixo:

**ApReeNec 0000353-74.2012.4.01.4100/RO**

**L14.06**

Volumes: 1

Última folha registrada/nº: 85

Processo Originário: 3537420124014100

Distribuição automática em 10/12/2013

Autuado em 09/12/2013

Apensos: 0

Vara: 2

Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE - QUINTA TURMA

Ass.: Aquisição - Nacionalidade - Direito Internacional - Direito Marítimo - Recurso - Direito Processual

Anotações: DUPLO GRAU, JUSTIÇA GRATUITA,

**ApReeNec 0000353-74.2012.4.01.4100/RO**

**CONCLUSÃO**

Vão estes autos com conclusão ao(à) Exmo(a). Sr(a) DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE.

Brasília-DF, 11 de dezembro de 2013.

**Coordenadoria de Reg. e Informações Processuais**



**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

**CERTIDÃO DE PROCESSO MIGRADO PARA O PJe**

Certifico que os autos físicos deste processo foram digitalizados e migrados para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), nos termos da Lei n. 11.419/2006, da Resolução TRF1/Presi n. 22/2014 e da Portaria Presi 8052566. Brasília-DF.

**(assinado eletronicamente)**



Justiça Federal  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

, 13 de novembro de 2024.

**Intimação da Pauta de Julgamentos**

Destinatário: UNIÃO FEDERAL e LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO  
APELANTE: UNIÃO FEDERAL  
APELADO: LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO

O processo nº 0000353-74.2012.4.01.4100 (APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)) foi incluído na sessão de julgamento abaixo indicada, podendo, entretanto, nesta ou nas subsequentes, serem julgados os processos adiados ou remanescentes.

Sessão de Julgamento  
Data: 21-01-2025 a 24-01-2025  
Horário: 08:00  
Local: SESSÃO VIRTUAL - RP -

**Observação:** Informamos que a sessão virtual terá duração de até 04 dias úteis com início no dia 21/01/2025 e encerramento no dia 24/01/2025. A sessão virtual de julgamento no PJE foi instituída pela RESOLUÇÃO PRESI - 10118537, que regulamenta a atuação dos advogados da seguinte forma: Art. 6º - a sessão virtual terá o prazo de duração definido pelo presidente do órgão julgador, quando da publicação da pauta de julgamento, com duração máxima de 3 (três) dias úteis e máxima de 10 (dez) dias úteis. Parágrafo 1º - a sustentação pelo advogado, na sessão virtual no PJE, quando solicitada e cabível, deverá ser apresentada via e-mail, à coordenação processante, em até 48 (quarenta e oito) horas da data de início da sessão virtual, por qualquer mídia suportada pelo PJE, cuja duração não poderá ultrapassar o prazo regimental. Art. 7º - será excluído da sessão virtual, a qualquer tempo, enquanto não encerrada, o processo destacado a pedido de qualquer membro do colegiado, para julgamento em sessão presencial ou presencial com suporte de vídeo. Parágrafo único - as solicitações formuladas por qualquer das partes ou pelo Ministério Público Federal - MPF de retirada de pauta da sessão virtual e inclusão em sessão presencial ou sessão presencial com suporte de vídeo, para fins de sustentação oral presencial (Portaria n. 01/2024 da 11ª Turma), deverão ser apresentadas, via e-mail, à coordenação processante, até 48 (quarenta e oito) horas antes do dia do início da sessão virtual. E-mail da DAD/1ª Turma: 11tur@trf1.jus.br



Justiça Federal  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1ª Sessão Virtual Ordinária da 11ª Turma

Presidente da Sessão: Exmo(a). Sr(a). Desembargador(a) Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO  
Procurador Regional da República: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). ADRIANA COSTA BROCKES  
Secretário(a): GESILÉIA LUSTOSA  
Processo nº 0000353-74.2012.4.01.4100  
APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)  
APELANTE: UNIÃO FEDERAL  
APELADO: LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO  
Relator(a): RAFAEL PAULO SOARES PINTO

### **CERTIDÃO**

Certifico que a Egrégia 11ª Turma, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada em 21/01/2025 a 24/01/2025, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Participaram da Sessão de Julgamento os(as) Exmos(as). Senhores(as) Desembargadores(as) Federais:

NEWTON RAMOS

RAFAEL PAULO

PABLO ZUNIGA

GESILÉIA LUSTOSA

Secretário(a) da Sessão



Justiça Federal  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1ª SESSÃO PRESENCIAL ORDINÁRIA DA 11ª Turma

Presidente da Sessão: Exmo(a). Sr(a). Desembargador(a) Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO  
Procurador Regional da República: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). EDMAR GOMES MACHADO  
Secretário(a): VANESSA FERREIRA DOS SANTOS  
Processo nº [0000353-74.2012.4.01.4100](#)  
APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)  
APELANTE: UNIÃO FEDERAL  
APELADO: LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO  
Relator(a): RAFAEL PAULO SOARES PINTO

**CERTIDÃO**

Certifico que a Egrégia 11ª Turma, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada no dia 04/02/2025, proferiu a seguinte decisão:

A Turma retificou a proclamação do julgamento para, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa necessária, nos termos do voto do Relator.

Participaram da Sessão de Julgamento os(as) Exmos(as). Senhores(as) Desembargadore(as) Federais:

NEWTON RAMOS

RAFAEL PAULO

PABLO ZUNIGA

Brasília/DF, 04 de fevereiro de 2025.

VANESSA FERREIRA DOS SANTOS

Secretário(a) da Sessão



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Gab. 33 - DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO  
Processo Judicial Eletrônico

**PROCESSO:** 0000353-74.2012.4.01.4100 **PROCESSO REFERÊNCIA:** 0000353-74.2012.4.01.4100  
**CLASSE:** APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)  
**POLO ATIVO:** UNIÃO FEDERAL  
**POLO PASSIVO:** LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO

**E M E N T A**

**DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIRO. ISENÇÃO. ESTRANGEIRO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA. DIREITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E À PERSONALIDADE JURÍDICA. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO DESPROVIDAS.**

1. Apelação da União contra sentença que concedeu isenção do pagamento de taxas para emissão do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e da Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE) a estrangeira residente no país, mãe de duas cidadãs brasileiras e em situação de vulnerabilidade econômica.
2. A concessão de isenção de taxas para emissão dos documentos ao estrangeiro hipossuficiente visa assegurar sua regularização no país, condição necessária para o exercício de direitos fundamentais.
3. O entendimento jurisprudencial deste Tribunal e o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88) fundamentam a dispensa de pagamento das taxas de regularização documental ao estrangeiro em situação de vulnerabilidade econômica, garantindo o exercício de direitos básicos, como o direito ao trabalho e à moradia. Precedentes: TRF-1, REO 00025866820174014100, Relator Desembargador Federal João Batista Moreira, Data de Julgamento 13/02/2023; TRF-1, AC 00085391820144014100, Relator Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão, Data de Julgamento 12/12/2022; TRF-1, REO 0008537-48.2014.4.01.4100, Relator Desembargador Federal Souza Prudente, Data de Julgamento 12/04/2018.
4. Remessa necessária e apelação desprovidas.

**A C Ó R D ã O**

Decide a Décima Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa necessária, nos termos do voto do relator.  
Brasília, data da assinatura.

**Desembargador(a) Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO**  
**Relator(a)**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Processo Judicial Eletrônico**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
**Gab. 33 - DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO**

**APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n. 0000353-74.2012.4.01.4100**

**V O T O**

**O(A) EXMO(A). SR(A). DESEMBARGADOR(A) FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (RELATOR(A)):**

A apelação preenche os requisitos de admissibilidade, de modo que passo à análise do seu mérito.

A controvérsia cinge-se à expedição dos documentos de Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE).

Observa-se que o caso específico envolve princípios de proteção à dignidade humana e o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica, previstos pela Constituição Federal. Além disso, o Pacto de São José de Costa Rica, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n. 678/92, consagra o direito de todo ser humano ao respeito de sua dignidade.

Na hipótese, a autora é mãe de duas filhas brasileiras e demonstrou situação de vulnerabilidade econômica, o que justifica a dispensa das taxas para assegurar sua permanência regular no país, condição necessária ao exercício de direitos fundamentais, tais como o direito ao trabalho e à moradia. Nesse sentido:

ESTRANGEIRO. EXPEDIÇÃO DE CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 5º, INCISO LXXVII. 1. Reexame necessário de sentença que julgou procedente pedido para regularização da permanência do autor no Brasil, mediante a expedição da 2ª via da Carteira de Identidade do Estrangeiro, bem como sua renovação, independentemente do pagamento de taxas. 2. Considerou-se: a) estorvar ao estrangeiro hipossuficiente o direito de regularizar sua situação no país perante o poder público, em razão da exigência de multas e taxas, ofende princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, em especial a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III); b) o documento de fl. 09 atesta a condição de hipossuficiente do Autor. 3. Jurisprudência deste Tribunal, em caso semelhante: O impedimento para que estrangeiro hipossuficiente obtenha, independentemente do pagamento de taxas, a Carteira de Identidade e o Registro Nacional de Estrangeiro, documentos que são imprescindíveis ao regular exercício das atividades cotidianas da vida civil, representa violação, a um só tempo, a dois fundamentos da República Federativa do Brasil, quais sejam: a cidadania e a dignidade da pessoa humana, previstos no art. 1º, inciso II e III, da Constituição Federal. Nesse contexto, se ao cidadão brasileiro hipossuficiente é assegurado o direito à emissão gratuita da carteira de identidade, igual direito deve ser estendido aos estrangeiros reconhecidamente pobres, como forma de resguardar o princípio da dignidade da pessoa humana e de respeitar o art. 5º da Constituição Federal. (REO 0008537-48.2014.4.01.4100, Desembargador Federal Souza Prudente, TRF1 - Quinta Turma, e-DJF1 12/04/2018) (TRF1, AC 0006245-58.2015.4.01.3000, relatora Desembargadora Federal Daniele Maranhão Costa, 5T, PJe 05/11/2021). 4. Negado provimento ao reexame necessário. (TRF-1 - REO: 00025866820174014100, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA, Data de Julgamento: 13/02/2023, 6ª Turma, Data de Publicação: PJe 14/02/2023 PAG PJe 14/02/2023 PAG)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. ESTRANGEIRO. EMISSÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE E DE REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIRO. ESTRANGEIRO HIPOSSUFICIENTE. GRATUIDADE DA TAXA. POSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. O impedimento para que estrangeiro hipossuficiente obtenha, independentemente do pagamento de taxas, a Carteira de Identidade e o Registro Nacional de Estrangeiro, documentos que são imprescindíveis ao regular exercício das atividades cotidianas da vida civil, representa violação, a um só tempo, a dois fundamentos da República Federativa do Brasil, quais sejam: a cidadania e a dignidade da pessoa humana, previstos no art. 1º, inciso II e III, da Constituição Federal. (REO 0008537-48.2014.4.01.4100, DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, TRF1 - QUINTA TURMA, e-DJF1 12/04/2018). 2. No caso dos autos, restou provado ser a autora cidadã boliviana, residente no Brasil há quinze anos e não ter condições financeiras para arcar com as taxas para expedição do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) e da Carteira de Identidade de Estrangeiro (CIE). Assim, embora ausente a previsão legal para a isenção das taxas em tela, deve ser mantida a sentença que assegurou o direito à autora. 3. Em relação aos honorários de sucumbência, a Defensoria Pública da União pode receber honorários de sucumbência em decorrência de sua atuação, conforme previsto no inciso XXI do art. 4º da Lei Complementar 80/1994, com a redação dada pela Lei Complementar 132/2009. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ag.Reg. na Ação Rescisória 1.937/DF, Relator Ministro Gilmar Mendes, por meio de seu Plenário, concluiu pela possibilidade de condenação da União ao pagamento de honorários de sucumbência em favor da Defensoria Pública da União após a EC 80/2014, afastando a aplicação do entendimento constante do enunciado nº 421 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça. 4. Em razão da baixa complexidade da matéria, mostra-se razoável a fixação dos honorários em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), mediante apreciação equitativa, considerando o trabalho realizado durante o curso processual e o tempo exigido para o serviço, inclusive em grau recursal. 5. Apelação da União desprovida. Recurso adesivo da parte autora provido. (TRF-1 - AC: 00085391820144014100, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL



Assim, diante do princípio da dignidade humana e da interpretação das normas constitucionais e internacionais, entendo que a sentença deve ser mantida no que concerne à isenção das taxas de regularização de permanência.

Ante o exposto, **nego provimento à remessa necessária e à apelação.**

Sem majoração de honorários, tendo em vista que a sentença foi proferida sob a égide do CPC/73.

**Des(a). Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO**

**Relator(a)**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Processo Judicial Eletrônico**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
**Gab. 33 - DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO**

**APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n. 0000353-74.2012.4.01.4100**

**V O T O**

**O(A) EXMO(A). SR(A). DESEMBARGADOR(A) FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (RELATOR(A)):**

A apelação preenche os requisitos de admissibilidade, de modo que passo à análise do seu mérito.

A controvérsia cinge-se à expedição dos documentos de Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE).

Observa-se que o caso específico envolve princípios de proteção à dignidade humana e o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica, previstos pela Constituição Federal. Além disso, o Pacto de São José de Costa Rica, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n. 678/92, consagra o direito de todo ser humano ao respeito de sua dignidade.

Na hipótese, a autora é mãe de duas filhas brasileiras e demonstrou situação de vulnerabilidade econômica, o que justifica a dispensa das taxas para assegurar sua permanência regular no país, condição necessária ao exercício de direitos fundamentais, tais como o direito ao trabalho e à moradia. Nesse sentido:

ESTRANGEIRO. EXPEDIÇÃO DE CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 5º, INCISO LXXVII. 1. Reexame necessário de sentença que julgou procedente pedido para regularização da permanência do autor no Brasil, mediante a expedição da 2ª via da Carteira de Identidade do Estrangeiro, bem como sua renovação, independentemente do pagamento de taxas. 2. Considerou-se: a) estorvar ao estrangeiro hipossuficiente o direito de regularizar sua situação no país perante o poder público, em razão da exigência de multas e taxas, ofende princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, em especial a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III); b) o documento de fl. 09 atesta a condição de hipossuficiente do Autor. 3. Jurisprudência deste Tribunal, em caso semelhante: O impedimento para que estrangeiro hipossuficiente obtenha, independentemente do pagamento de taxas, a Carteira de Identidade e o Registro Nacional de Estrangeiro, documentos que são imprescindíveis ao regular exercício das atividades cotidianas da vida civil, representa violação, a um só tempo, a dois fundamentos da República Federativa do Brasil, quais sejam: a cidadania e a dignidade da pessoa humana, previstos no art. 1º, inciso II e III, da Constituição Federal. Nesse contexto, se ao cidadão brasileiro hipossuficiente é assegurado o direito à emissão gratuita da carteira de identidade, igual direito deve ser estendido aos estrangeiros reconhecidamente pobres, como forma de resguardar o princípio da dignidade da pessoa humana e de respeitar o art. 5º da Constituição Federal. (REO 0008537-48.2014.4.01.4100, Desembargador Federal Souza Prudente, TRF1 - Quinta Turma, e-DJF1 12/04/2018) (TRF1, AC 0006245-58.2015.4.01.3000, relatora Desembargadora Federal Daniele Maranhão Costa, 5T, PJe 05/11/2021). 4. Negado provimento ao reexame necessário. (TRF-1 - REO: 00025866820174014100, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA, Data de Julgamento: 13/02/2023, 6ª Turma, Data de Publicação: PJe 14/02/2023 PAG PJe 14/02/2023 PAG)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. ESTRANGEIRO. EMISSÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE E DE REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIRO. ESTRANGEIRO HIPOSSUFICIENTE. GRATUIDADE DA TAXA. POSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. O impedimento para que estrangeiro hipossuficiente obtenha, independentemente do pagamento de taxas, a Carteira de Identidade e o Registro Nacional de Estrangeiro, documentos que são imprescindíveis ao regular exercício das atividades cotidianas da vida civil, representa violação, a um só tempo, a dois fundamentos da República Federativa do Brasil, quais sejam: a cidadania e a dignidade da pessoa humana, previstos no art. 1º, inciso II e III, da Constituição Federal. (REO 0008537-48.2014.4.01.4100, DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, TRF1 - QUINTA TURMA, e-DJF1 12/04/2018). 2. No caso dos autos, restou provado ser a autora cidadã boliviana, residente no Brasil há quinze anos e não ter condições financeiras para arcar com as taxas para expedição do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) e da Carteira de Identidade de Estrangeiro (CIE). Assim, embora ausente a previsão legal para a isenção das taxas em tela, deve ser mantida a sentença que assegurou o direito à autora. 3. Em relação aos honorários de sucumbência, a Defensoria Pública da União pode receber honorários de sucumbência em decorrência de sua atuação, conforme previsto no inciso XXI do art. 4º da Lei Complementar 80/1994, com a redação dada pela Lei Complementar 132/2009. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ag.Reg. na Ação Rescisória 1.937/DF, Relator Ministro Gilmar Mendes, por meio de seu Plenário, concluiu pela possibilidade de condenação da União ao pagamento de honorários de sucumbência em favor da Defensoria Pública da União após a EC 80/2014, afastando a aplicação do entendimento constante do enunciado nº 421 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça. 4. Em razão da baixa complexidade da matéria, mostra-se razoável a fixação dos honorários em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), mediante apreciação equitativa, considerando o trabalho realizado durante o curso processual e o tempo exigido para o serviço, inclusive em grau recursal. 5. Apelação da União desprovida. Recurso adesivo da parte autora provido. (TRF-1 - AC: 00085391820144014100, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL

Assim, diante do princípio da dignidade humana e da interpretação das normas constitucionais e internacionais, entendo que a sentença deve ser mantida no que concerne à isenção das taxas de regularização de permanência.

Ante o exposto, **nego provimento à remessa necessária e à apelação.**

Sem majoração de honorários, tendo em vista que a sentença foi proferida sob a égide do CPC/73.

**Des(a). Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO**

**Relator(a)**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
**Gab. 33 - DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO**  
**Processo Judicial Eletrônico**

---

**APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n. 0000353-74.2012.4.01.4100**

---

**RELATÓRIO**

**O(A) EXMO(A). SR(A). DESEMBARGADOR(A) FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (RELATOR(A)):**

Trata-se de remessa necessária e apelação interposta em face de sentença que julgou procedente o pedido afeito a expedição de Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e a Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), independentemente do pagamento de taxas e multas. A sentença também determinou à União que se abstenha de promover a deportação da autora e concedeu tutela antecipada para que a expedição dos documentos fosse realizada em até 48 horas, sob pena de multa diária.

Em suas razões recursais, a União sustenta a impossibilidade de isenção das taxas para expedição dos documentos. Por sua vez, em contrarrazões, a Defensoria Pública da União defende a manutenção da sentença, argumentando que a isenção de taxas é medida que atende ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao direito à regularização da permanência da autora, mãe de duas filhas nascidas no Brasil.

É o relatório.

**Des(a). Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO**  
**Relator(a)**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
**Gab. 33 - DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO**  
**Processo Judicial Eletrônico**

---

**APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n. 0000353-74.2012.4.01.4100**

---

**RELATÓRIO**

**O(A) EXMO(A). SR(A). DESEMBARGADOR(A) FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (RELATOR(A)):**

Trata-se de remessa necessária e apelação interposta em face de sentença que julgou procedente o pedido afeito a expedição de Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e a Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), independentemente do pagamento de taxas e multas. A sentença também determinou à União que se abstenha de promover a deportação da autora e concedeu tutela antecipada para que a expedição dos documentos fosse realizada em até 48 horas, sob pena de multa diária.

Em suas razões recursais, a União sustenta a impossibilidade de isenção das taxas para expedição dos documentos. Por sua vez, em contrarrazões, a Defensoria Pública da União defende a manutenção da sentença, argumentando que a isenção de taxas é medida que atende ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao direito à regularização da permanência da autora, mãe de duas filhas nascidas no Brasil.

É o relatório.

**Des(a). Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO**  
**Relator(a)**



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

PROCESSO: 0000353-74.2012.4.01.4100 PROCESSO REFERÊNCIA: 0000353-74.2012.4.01.4100  
CLASSE: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)  
POLO ATIVO: UNIÃO FEDERAL  
POLO PASSIVO: LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO  
RELATOR(A): RAFAEL PAULO SOARES PINTO



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
**Gab. 33 - DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO**  
**Processo Judicial Eletrônico**

**APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n. 0000353-74.2012.4.01.4100**

**RELATÓRIO**

**O(A) EXMO(A). SR(A). DESEMBARGADOR(A) FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (RELATOR(A)):**

Trata-se de remessa necessária e apelação interposta em face de sentença que julgou procedente o pedido afeito a expedição de Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e a Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), independentemente do pagamento de taxas e multas. A sentença também determinou à União que se abstenha de promover a deportação da autora e concedeu tutela antecipada para que a expedição dos documentos fosse realizada em até 48 horas, sob pena de multa diária.

Em suas razões recursais, a União sustenta a impossibilidade de isenção das taxas para expedição dos documentos. Por sua vez, em contrarrazões, a Defensoria Pública da União defende a manutenção da sentença, argumentando que a isenção de taxas é medida que atende ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao direito à regularização da permanência da autora, mãe de duas filhas nascidas no Brasil.

É o relatório.

**Des(a). Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO**  
**Relator(a)**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Processo Judicial Eletrônico**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
**Gab. 33 - DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO**

**APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n. 0000353-74.2012.4.01.4100**

**VOTO**

**O(A) EXMO(A). SR(A). DESEMBARGADOR(A) FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (RELATOR(A)):**

A apelação preenche os requisitos de admissibilidade, de modo que passo à análise do seu mérito.

A controvérsia cinge-se à expedição dos documentos de Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE).

Observa-se que o caso específico envolve princípios de proteção à dignidade humana e o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica, previstos pela Constituição Federal. Além disso, o Pacto de São José da Costa Rica, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n. 678/92, consagra o direito de todo ser humano ao respeito de sua dignidade.

Na hipótese, a autora é mãe de duas filhas brasileiras e demonstrou situação de vulnerabilidade econômica, o que justifica a dispensa das taxas para assegurar sua permanência regular no país, condição necessária ao exercício de direitos fundamentais, tais como o direito ao trabalho e à moradia. Nesse sentido:

ESTRANGEIRO.EXPEDIÇÃO DE CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO.ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 5º, INCISO LXXVII. 1. Reexame necessário de sentença que julgou procedente pedido para regularização da permanência do autor no Brasil, mediante a expedição da 2ª via da Carteira de Identidade do Estrangeiro, bem como sua renovação, independentemente do pagamento de taxas. 2. Considerou-se: a) estorvar ao estrangeiro hipossuficiente o direito de regularizar sua situação no país perante o poder público, em razão da exigência de multas e taxas, ofende princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, em especial a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III); b) o documento de fl. 09 atesta a condição de hipossuficiente do Autor. 3. Jurisprudência deste Tribunal, em caso semelhante: O impedimento para que estrangeiro hipossuficiente obtenha, independentemente do pagamento de taxas, a Carteira de Identidade e o Registro Nacional de Estrangeiro, documentos que são imprescindíveis ao regular exercício das atividades cotidianas da vida civil, representa violação, a um só tempo, a dois fundamentos da República Federativa do Brasil, quais sejam: a cidadania e a dignidade da pessoa humana, previstos no art. 1º, inciso II e III, da Constituição Federal. Nesse contexto, se ao cidadão brasileiro hipossuficiente é assegurado o direito à emissão gratuita da carteira de identidade, igual direito deve ser estendido aos estrangeiros reconhecidamente pobres, como forma de resguardar o princípio da dignidade da pessoa humana e de respeitar o art. 5º da Constituição Federal. (REO 0008537-48.2014.4.01.4100, Desembargador Federal Souza Prudente, TRF1 - Quinta Turma, e-DJF1 12/04/2018) (TRF1, AC 0006245-58.2015.4.01.3000, relatora Desembargadora Federal Daniele Maranhão Costa, 5T, PJe 05/11/2021). 4. Negado provimento ao reexame necessário. (TRF-1 - REO: 00025866820174014100, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA, Data de Julgamento: 13/02/2023, 6ª Turma, Data de Publicação: PJe 14/02/2023 PAG PJe 14/02/2023 PAG)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. ESTRANGEIRO. EMISSÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE E DE REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIRO. ESTRANGEIRO HIPOSSUFICIENTE. GRATUIDADE DA TAXA. POSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1.O impedimento para que estrangeiro hipossuficiente obtenha, independentemente do pagamento de taxas, a Carteira de Identidade e o Registro Nacional de Estrangeiro, documentos que são imprescindíveis ao regular exercício das atividades cotidianas da vida civil, representa violação, a um só tempo, a dois fundamentos da República Federativa do Brasil, quais sejam: a cidadania e a dignidade da pessoa humana, previstos no art. 1º, inciso II e III, da Constituição Federal. (REO 0008537-48.2014.4.01.4100, DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, TRF1 - QUINTA TURMA, e-DJF1 12/04/2018). 2. No caso dos autos, restou provado ser a autora cidadã boliviana, residente no Brasil há quinze anos e não ter condições financeiras para arcar com as taxas para expedição do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) e da Carteira de Identidade de Estrangeiro (CIE). Assim, embora ausente a previsão legal para a isenção das taxas em tela, deve ser mantida a sentença que assegurou o direito à autora. 3. Em relação aos honorários de sucumbência, a Defensoria Pública da União pode receber honorários de sucumbência em decorrência de sua atuação, conforme previsto no inciso XXI do art. 4º da Lei Complementar 80/1994, com a redação dada pela Lei Complementar 132/2009. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ag.Reg. na Ação Rescisória 1.937/DF, Relator Ministro Gilmar Mendes, por meio de seu Plenário, concluiu pela possibilidade de condenação da União ao pagamento de honorários de sucumbência em favor da Defensoria Pública da União após a EC 80/2014, afastando a aplicação do entendimento constante do enunciado nº 421 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça. 4. Em razão da baixa complexidade da matéria, mostra-se razoável a fixação dos honorários em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), mediante apreciação equitativa, considerando o trabalho realizado durante o curso processual e o tempo exigido para o serviço, inclusive em grau recursal. 5. Apelação da União desprovida. Recurso adesivo da parte autora provido. (TRF-1 - AC: 00085391820144014100, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, Data de Julgamento: 12/12/2022, 5ª Turma, Data de Publicação: PJe 12/12/2022 PAG PJe 12/12/2022 PAG)

Assim, diante do princípio da dignidade humana e da interpretação das normas constitucionais e internacionais, entendo que a sentença deve ser mantida no que concerne à isenção das taxas de regularização de permanência.

Ante o exposto, **nego provimento à remessa necessária e à apelação.**

Sem majoração de honorários, tendo em vista que a sentença foi proferida sob a égide do CPC/73.

**Des(a). Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO**

**Relator(a)**



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Gab. 33 - DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO  
**Processo Judicial Eletrônico**

**PROCESSO: 0000353-74.2012.4.01.4100 PROCESSO REFERÊNCIA: 0000353-74.2012.4.01.4100**

**CLASSE: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)**

**POLO ATIVO: UNIÃO FEDERAL**

**POLO PASSIVO: LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO**

**E M E N T A**

**DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIRO. ISENÇÃO. ESTRANGEIRO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA. DIREITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E À PERSONALIDADE JURÍDICA. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO DESPROVIDAS.**

1. Apelação da União contra sentença que concedeu isenção do pagamento de taxas para emissão do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e da Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE) a estrangeira residente no país, mãe de duas cidadãs brasileiras e em situação de vulnerabilidade econômica.

2. A concessão de isenção de taxas para emissão dos documentos ao estrangeiro hipossuficiente visa assegurar sua regularização no país, condição necessária para o exercício de direitos fundamentais.

3. O entendimento jurisprudencial deste Tribunal e o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88) fundamentam a dispensa de pagamento das taxas de regularização documental ao estrangeiro em situação de vulnerabilidade econômica, garantindo o exercício de direitos básicos, como o direito ao trabalho e à moradia. Precedentes: TRF-1, REO 00025866820174014100, Relator Desembargador Federal João Batista Moreira, Data de Julgamento 13/02/2023; TRF-1, AC 00085391820144014100, Relator Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão, Data de Julgamento 12/12/2022; TRF-1, REO 0008537-48.2014.4.01.4100, Relator Desembargador Federal Souza Prudente, Data de Julgamento 12/04/2018.

4. Remessa necessária e apelação desprovidas.

**A C Ó R D ã O**

Decide a Décima Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa necessária, nos termos do voto do relator.

Brasília, data da assinatura.

**Desembargador(a) Federal RAFAEL PAULO SOARES PINTO**  
**Relator(a)**





Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Coordenadoria da 11ª Turma  
**Gab. 33 - DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO**

**INTIMAÇÃO DO MPF**

**PROCESSO:** 0000353-74.2012.4.01.4100 **PROCESSO REFERÊNCIA:** 0000353-74.2012.4.01.4100  
**CLASSE:** APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)  
**POLO ATIVO:** UNIÃO FEDERAL  
**POLO PASSIVO:** LIZ VANESSA AGUILAR CANIDO  
**RELATOR:** RAFAEL PAULO SOARES PINTO

**FINALIDADE:** Intimar acerca do inteiro teor do acórdão proferido (ID 431709097) nos autos do processo em epígrafe, **via sistema PJe.**

**OBSERVAÇÃO 1:** DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS (art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.419/06: A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo).

**OBSERVAÇÃO 2:** Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada a intimação a que ela se refere no campo “Marque os expedientes que pretende responder com esta petição”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados e Procuradores em <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/processual/processo-judicial-eletronico/pje/tutoriais>.

Brasília-DF, 19 de fevereiro de 2025.

(assinado digitalmente)

**Coordenadoria da 11ª Turma**



30799386



00734.000769/2025-18



Advocacia-Geral da União  
Consultoria-Geral da União  
Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública

OFÍCIO AGU Nº 1218/2025/NAJ-CCJ/CCJ/CONJUR/MJ

Brasília, na data da assinatura.

À Coordenação-Geral de Polícia de Migração da Polícia Federal

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES  
ESPECÍFICAS DIRETAMENTE À PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

NUP: 00410.161065/2024-84 (REF. 0000353-74.2012.4.01.4100)

INTERESSADOS: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA RO E OUTROS

REFERÊNCIA: OFÍCIO n. 01028/2025/PGU/AGU

1. Incumbiu-me a Coordenadora-Geral de Contencioso Judicial, Dra. Andrea De La Rocque Ferreira, de encaminhar o expediente anexo, remetido pela PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO, por meio do qual pleiteia o envio de documentação/informação específica necessária a propiciar a defesa da União nos autos do processo em epígrafe.

2. No ponto, ressalta-se que a procuradoria requer as seguintes informações:

**"Solicitamos que sejam fornecidas, no prazo de 10 dias corridos, informações sobre a situação da autora, se expedido o**

**pagamento do documento solicitado sem o pagamento da taxa, dado o longo período da determinação na Sentença."**

3. Por conseguinte, considerando a especificidade do caso, solicita-se o envio dos subsídios fáticos diretamente à Procuradoria solicitante (internacional@agu.gov.br), **no prazo por ela assinalado**, com expressa referência ao NUP/REFERÊNCIA epigrafado.

4. De todo modo, visando salvaguardar o caráter peremptório dos prazos judiciais, cuja inobservância poderá implicar graves prejuízos à União, roga-se a observação atenta ao prazo consignado, que objetiva ajustar as providências necessárias ao adequado desempenho das atribuições a cargo da AGU.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Nicholas de Almeida Stefano (Estágio), Estagiário(a)**, em 21/02/2025, às 17:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **30799386** e o código CRC **BA7567BD**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00734.000769/2025-18

SEI nº 30799386

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, Sala 214, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3258 e Fax: @fax\_unidade@ - www.gov.br/mj/pt-br

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 2º Andar, Salas 216 - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3258 - www.justica.gov.br - E-mail para resposta: [protocolo@mj.gov.br](mailto:protocolo@mj.gov.br)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE REGISTRO MIGRATÓRIO - DRM/CGMIG/DPA/PF

Assunto: **solicitação de subsídios**

Destino: **DELEMIG/DREX/SR/PF/RO**

Processo: **08205.000410/2025-22**

Interessado: **LIS VANESA AGUILAR CANIDO**

1. Trata-se de Ofício AGU n.º 1218/2025/NAJ-CCJ/CCJ/CONJUR/MJ solicitando informações sobre os fatos narrados na inicial do processo nº 0000353-74.2012.4.01.4100, movido por LIS VANESA AGUILAR CANIDO contra UNIÃO.
2. Os fatos descritos na inicial teriam, supostamente, ocorrido no âmbito da DELEMIG/DREX/SR/PF/RO, unidade que tem acesso aos elementos fáticos para responder a demanda.
3. Expeça-se ofício à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça informando que a solicitação de subsídios foi encaminhada para a DELEMIG/DREX/SR/PF/RO, unidade onde teria ocorrido o fato indicado na peça inicial, para fornecer as informações solicitadas.
4. Encaminhe-se o expediente para a DELEMIG/DREX/SR/PF/RO para ciência, solicitando que sejam prestadas informações diretamente ao solicitante, por e-mail.
5. Após a adoção das providências, solicita-se o retorno esta Divisão para conhecimento.

**Indira Lima Croshere**  
Delegada de Polícia Federal  
Chefe da Divisão de Registro Migratório



Documento assinado eletronicamente por **INDIRA LIMA CROSHERE, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 25/02/2025, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=39945933&crc=CE61E78B](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=39945933&crc=CE61E78B).  
Código verificador: **39945933** e Código CRC: **CE61E78B**.



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal  
DIVISÃO DE REGISTRO MIGRATÓRIO - DRM/CGMIG/DPA/PF

OFÍCIO Nº 113/2025/DRM/CGMIG/DPA/PF

Brasília/DF, na data da assinatura.

À Senhora  
Andrea De La Rocque Ferreira  
Advogada da União  
Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça  
Esplanada dos Ministérios,  
Brasília/DF  
[cj.ccj@mj.gov.br](mailto:cj.ccj@mj.gov.br)

**Assunto:** Solicitação de Subsídios para defesa da União - NUP 00410.161065/2024-84 (REF. 0000353-74.2012.4.01.4100)

Ref. Ofício AGU n.º 1218/2025/NAJ-CCJ/CCJ/CONJUR/MJ

Senhora Advogada da União,

Em atenção ao ofício supra explicitado, expedido no NUP 00410.161065/2024-84 (REF. 0000353-74.2012.4.01.4100) informo que a demanda foi recebida pela Divisão de Registro Migratório no dia 24/02/2025 e enviado para a DELEMIG/DREX/SR/PF/ro, unidade da Polícia Federal onde supostamente ocorreram os fatos descritos na peça inicial, para que possam ser adotadas as providências cabíveis.

Por fim, consigno que a DELEMIG/DREX/SR/PF/RO foi orientada a enviar diretamente a Vossa Senhoria as informações solicitadas.

Atenciosamente,

**Indira Lima Croshere**  
Delegada de Polícia Federal  
Chefe da Divisão de Registro Migratório  
DRM/CGMIG/DPA/PF



Documento assinado eletronicamente por **INDIRA LIMA CROSHERE, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 25/02/2025, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=39945962&crc=AC6D474A](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=39945962&crc=AC6D474A).

Código verificador: **39945962** e Código CRC: **AC6D474A**.

---

Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco A, Torre D, 11º andar - Asa Norte - Edifício Multibrasil Corporate,  
Brasília/DF

CEP 70714-903, Telefone: (61) 2024-8512

E-mail: [drm.cgmig.dpa@pf.gov.br](mailto:drm.cgmig.dpa@pf.gov.br)

---

**Referência:** Processo nº 08205.000410/2025-22

SEI nº 39945962

**Data de Envio:**

25/02/2025 09:20:05

**De:**

PF/drm.cgmig.dpa@pf.gov.br <drm.cgmig.dpa@pf.gov.br>

**Para:**

cj.ccj@mj.gov.br

**Assunto:**

NUP 00410.161065/2024-84 (REF. 0000353-74.2012.4.01.4100) Ref. Ofício AGU n.º 1218/2025/NAJ-CCJ/CCJ/CONJUR/MJ

**Mensagem:**

Prezados,

Segue informação referente ao processo indicado.

Atenciosamente,

DRM/CGMIG/DPA/PF

**Anexos:**

Oficio\_39945962.html